

26/11/2019

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Meia-entrada com o celular](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Fuvest divulga gabarito oficial do vestibular 2019; confira](#)

[Covas cria bolsa de R\\$ 100 para criança sem vaga em creche](#)

[Promotora impõe cardápio vegano em escolas do sertão da Bahia](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Radiografia feita pela Câmara indica paralisia no MEC](#)

[Proposta para alfabetização divide setor](#)

[Prefeitura quer bolsa de R\\$ 100 para criança sem creche](#)

[MEC lança nova carteira de estudante digital](#)

[Prazo de renovação do Fies termina no dia 30](#)

[Quando a universidade se aproxima das empresas](#)

[Empreender também é preciso](#)

[Líderes têm desafios para enfrentar](#)

[‘Autonomia e responsabilidade tendem a se sobressair na crise’](#)

[Novo executivo precisa ter perfil digital](#)

Imprensa Estadual

A TARDE - BA

[Anísio Teixeira, 120 anos](#)

J. DO COMMERCIO - PE

[MEC apresenta carteira digital](#)

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[Parceria irá qualificar formação de professores e alunos](#)

Agências de notícias e sites

G1

[Desfechos de casos citados por ministro isentam universidades de ligação com drogas em campi](#)

[Audiência pública em Maceió discute importância do Fundeb](#)

[Carteirinha de estudante do MEC ainda não está disponível em lojas de aplicativo](#)

METRÓPOLES

[Testemunha de defesa de Dilma é exonerado do MEC de Weintraub](#)

R7

[Ensino a distância tem 9 milhões de estudantes e cresce no Brasil](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[MEC lança aplicativo que serve de carteira de estudante](#)

Agências de notícias e sites

AMAZONAS ATUAL

[Advogada nomeada para o MEC vira alvo da Comissão de Ética](#)

GR NOTÍCIAS

[Após liberação de recursos, 100% das bolsas da Capes estão garantidas](#)

JORNAL DA CIÊNCIA

[A desesperança com a ciência hoje. E a luta pelo futuro](#)

[Presidente da SBPC fala sobre crise e perspectivas da ciência brasileira no UFV](#)

[Entrevista](#)

[Nota de Repúdio SBFis](#)

NEWS PARAÍBA-PB

[Após liberação de recursos, 100% das bolsas da Capes estão garantidas](#)

RADAR AMAZONICO

[Comissão de ética apurará nomeação de advogada no MEC](#)

UEPB

[PRPGP informa sobre edital emergencial da Capes para pesquisas sobre óleo nas praias brasileiras](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[MEC lança carteira de estudante digital](#)

Imprensa Estadual

CORREIO DO POVO - RS

[Eduardo Leite defende setor privado em prestação de serviços para educação](#)

J. DO COMMERCIO - PE

[Pacto Federativo pode afetar Fundeb](#)

MEIO NORTE - PI

EDUCAÇÃO BÁSICA

O DIA - RJ

[Prioridades](#)

[Agências de notícias e sites](#)

ALAGOINHAS NOTÍCIAS

[Após liberação de recursos, 100% das bolsas da Capes estão garantidas](#)

FOLHA - GO

[Após liberação de recursos, 100% das bolsas da Capes estão garantidas](#)

FOLHA PA

[Após liberação de recursos, 100% das bolsas da Capes estão garantidas](#)

PORTAL DO HOLANDA

[Comissão de ética apurará nomeação de advogada no MEC](#)

SEGS - PORTAL NACIONAL

[Professor do CTC/PUC-Rio convidado para reunião da Frente Parlamentar Mista de Ciência](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Covas cria bolsa de R\\$ 100 para criança sem vaga em creche](#)

[Casos de drogas citados por Weintraub não têm elo com universidades federais](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Quem vigiará os professores?](#)

YAHOO! NOTÍCIAS

[Comissão de ética vai apurar medida polêmica tomada por ministro da Educação](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

Meia-entrada com o celular

O Ministério da Educação (MEC) lançou ontem o aplicativo para os estudantes baixarem a ID Estudantil, carteirinha gratuita que permite o acesso à meia entrada em shows, teatros e eventos. Para utilizar a ferramenta, o aluno deve estar matriculado em alguma instituição de ensino, com seus dados cadastrados no Sistema Educacional Brasileiro (SEB), e baixar o aplicativo nas lojas virtuais. A pasta prevê que 57,9 milhões de pessoas serão beneficiadas com o programa.

O custo por carteira emitida será de R\$ 0,15 para o governo, num total estimado pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, de R\$ 12 milhões. Segundo ele, se mais da metade dos estudantes do Brasil solicitassem carteirinhas pelos moldes antigos, o valor seria “superior a R\$ 1 bilhão, quase próximo a R\$ 2 bilhões”.

“Acho que todos os estudantes vão aderir. Será uma forma de prever fraudes, que hoje a gente não tem controle. Eu acredito na racionalidade do ser humano, que ele vai preferir um negócio bom e mais barato”, explicou Weintraub.

Antes, com base em lei de 2013, a distribuição dos documentos era feita exclusivamente pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes). As entidades cobram R\$ 35 pela carteira, além do frete.

Weintraub destacou que os alunos que preferirem a carteirinha tradicional poderão solicitá-las junto às instituições.

A ID estudantil poderá ser emitida oficialmente pela Associação Nacional de Pós-Graduandos, UNE, Ubes e no próprio portal do MEC. Também será possível emitir o documento em entidades estudantis estaduais, municipais e distritais, centros e diretórios acadêmicos, diretórios centrais dos estudantes e instituições que representem alunos e que sejam reconhecidas pela pasta.

O cadastro no novo documento, previsto na Medida Provisória 895/2019, é feito por instituição de ensino, pública ou particular, que deve enviar as informações dos alunos para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que abastecem o SEB, o banco de dados do MEC. As instituições devem informar CPF, data de nascimento, curso, matrícula, ano e semestre de ingresso dos estudantes.

Os estudantes interessados na carteirinha devem cobrar da instituição em que estudam e conferir se os dados foram repassados ao sistema no site idestudantil.mec.gov.br. Na página eletrônica, também é possível encontrar respostas para as principais dúvidas, além de dicas na hora de fazer a carteirinha.

Para estudantes com 18 anos ou mais, a identificação no aplicativo será realizada a partir de uma fotografia da face da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) ou da Carteira de Identidade (RG) para comparação de imagens. Toda a identificação será feita pelo Cadastro de Pessoa Física (CPF), informado pela instituição ao SEB. No caso de menores de idade, será necessário que o responsável legal baixe o aplicativo e permita que o jovem tenha acesso. A partir daí, poderá baixar a ID Estudantil.

Ao optar pela carteirinha digital, assim como nas versões físicas e digitais atuais, os estudantes aceitam o compartilhamento de dados pessoais e cadastrais com o MEC. A pasta garante que o acesso às informações será realizado com segurança, com o intuito de que o MEC crie “soluções de políticas públicas com relação ao sistema de ensino no país”.

A identificação nos eventos será feita por leitura de QR Code, localizado no aplicativo logo abaixo da foto pessoal.

UNE contesta

A UNE afirmou que os valores arrecadados pela entidade com emissão de carteirinhas, como divulgado pelo ministro da Educação, não são verdadeiros. “Essa superestimação de valores, sem provas, é mais uma das declarações mentirosas de Weintraub e tem objetivo de perseguir, ameaçar e retaliar o movimento estudantil, que tem sido peça fundamental para resistir ao projeto de desmonte da educação”, afirmou a entidade, por

meio de nota.

* Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Fuvest divulga gabarito oficial do vestibular 2019; confira

Os candidatos responderam a 90 questões de múltipla escolha neste domingo (24)
São Paulo

A Fuvest divulgou, na manhã desta segunda-feira (25), o gabarito oficial da prova da 1ª fase do vestibular da USP (Universidade de São Paulo). Os candidatos tiveram que responder neste domingo (24) a 90 questões de múltipla escolha.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/11/fuvest-divulga-gabarito-oficial-do-vestibular-2019-confira.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Covas cria bolsa de R\$ 100 para criança sem vaga em creche

Objetivo é atender até 51 mil crianças; benefício só vale até criança conseguir lugar em unidade infantil

São Paulo

A gestão Bruno Covas (PSDB) criou uma bolsa de R\$ 100 mensais para atender crianças em situação de vulnerabilidade que não têm vaga nas creches municipais.

O prefeito vai mandar um projeto de lei à Câmara Municipal de SP, que não deve ter grandes obstáculos para aprovação. Batizado como Bolsa Primeira Infância, o benefício para crianças de 0 a 3 anos será temporário e acabará assim que a criança conseguir uma vaga na fila.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/11/covas-cria-bolsa-de-r-100-para-crianca-sem-vaga-em-creche.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Promotora impõe cardápio vegano em escolas do sertão da Bahia

Cerca de 32 mil estudantes de 154 escolas têm cardápio sem produtos animais duas vezes por semana

Serrinha (BA)

Em uma panela de alumínio, a merendeira Silvéria Barbosa, 47, hidrata e tempera a soja que será a base do cardápio de merenda na creche Cheiro de Amor.

Após entrarem no refeitório em fila, as crianças com entre três e cinco anos receberão um prato com arroz, soja e cenoura ralada. “Nem sempre eles gostam, mas é importante darmos esse incentivo logo na primeira infância”, afirma a merendeira.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/11/promotoria-impoe-cardapio-vegano-em-escolas-do-sertao-da-bahia.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Radiografia feita pela Câmara indica paralisia no MEC

Análise mostra que a política de alfabetização não foi efetivada e programas do ministério têm baixa execução

BRASÍLIA

Levantamento das ações do Ministério da Educação (MEC) feito por uma comissão da Câmara e obtido pelo Estado indica paralisia tanto no planejamento como na execução de políticas públicas na área comandada pelo ministro Abraham Weintraub. Na prática, a Política Nacional de Alfabetização – única meta específica do MEC para a Educação nos primeiros cem dias de governo – não resultou em nenhum plano de ação detalhado, o que atrapalha Estados e municípios. Em um ano marcado pelo contingenciamento de recursos e pela perspectiva de medidas amargas por parte do Executivo, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), busca protagonismo na agenda social. Em nota, o MEC informou que “lançará em breve programas e materiais sobre a Política Nacional de Alfabetização” e que “já empenhou mais de 80% dos gastos discricionários do orçamento”.

Uma radiografia realizada no Ministério da Educação por uma comissão da Câmara dos Deputados indicou paralisia tanto no planejamento quanto na execução de políticas públicas por parte da pasta comandada pelo ministro Abraham Weintraub. Na lista dos problemas identificados estão desde a falta de ações concretas para o fomento da alfabetização até a alta rotatividade de funcionários comissionados. O MEC alega que programas serão lançados em breve e o descontingenciamento de recursos é recente.

É a primeira vez que um grupo assim é formado no Legislativo para averiguar o trabalho de um ministério. “O diagnóstico é assolador e mostra que a fragilidade do planejamento e da gestão do MEC afetou diretamente a formulação e a implementação das políticas educacionais”, diz o relatório da comissão, com 265 páginas, obtido com exclusividade pelo Estado.

O grupo foi criado em abril pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), a partir do requerimento de 50 deputados de 12 partidos diferentes – a maioria da oposição e do Centrão. O relator do trabalho é o deputado Felipe Rigoni (PSBES) e a coordenação está nas mãos da deputada Tabata Amaral (PDT-SP).

A comissão foi criada logo após Tabata protagonizar um áspero bate-boca com o professor Ricardo Vélez, o primeiro escolhido pelo presidente Jair Bolsonaro para comandar a pasta. Na ocasião, a deputada cobrou duramente o ministro. Dez dias depois, Vélez foi demitido e Weintraub assumiu o seu lugar.

Tabata e Rigoni são os mesmos escalados por Maia para elaborar o pacote de projetos na área social, antecipado pelo Estado no mês passado. O presidente da Câmara busca protagonismo na agenda social justamente no momento em que o governo Bolsonaro se prepara para enviar ao Congresso medidas amargas, desta vez com os pacotes fiscal e administrativo.

Na prática, o trabalho dos parlamentares mostrou que a Política Nacional de

Alfabetização – única meta específica do MEC nos primeiros cem dias de governo – não resultou, até o momento, na apresentação de um plano de ação detalhado. Desta forma, municípios e Estados ainda não sabem como nem quando a iniciativa chegará às escolas e quais projetos e atividades terão prioridade.

Das ações mantidas pela pasta, o Programa Mais Alfabetização – do governo de Michel Temer – só teve o seu primeiro desembolso,

de R\$ 149,6 milhões, em setembro. Mesmo assim houve um impasse que atrasou em alguns dias a liberação, sob a justificativa de que teria ocorrido um erro no processo. O programa prevê apoio técnico e financeiro às unidades escolares para alfabetização.

Investimentos. Em um ano marcado pelo contingenciamento de recursos da Educação, mesmo os valores que não sofreram bloqueio tiveram baixo índice de execução. Entre elas estão ações citadas como

“apoio ao desenvolvimento da educação básica”, com repasse próximo a zero até julho. No mesmo intervalo, apenas 4,4% da verba reservada para investimentos do MEC foi executada – o relatório assinala que o montante gasto acabou sendo de “menos da metade no mesmo período de 2018 (11,7%)”. Em números absolutos foram R\$ 184,06 milhões investidos em 2019, ante R\$ 457,62 milhões em 2018.

“A baixa execução orçamentária em diversos programas denota a baixa capacidade de gerenciamento dos gestores responsáveis”, aponta o relatório.

Rotatividade. Uma das razões para a lentidão no trabalho do MEC, segundo o relatório, é a alta rotatividade nos cargos comissionados. Nos nove primeiros meses, o tempo médio de permanência no mesmo setor foi de 112 dias. Em igual período da gestão Temer, por exemplo, a média foi de 150 dias. Além disso, houve redução no número de cargos de confiança ocupados por pessoas que já haviam atuado na área educacional, quando o número é comparado às gestões Temer e Dilma.

Para fazer o diagnóstico, o grupo afirma ter usado informações do MEC, além de ter feito visitas técnicas e obtido dados no Portal da Transparência. A comissão diz ter pedido audiência com Weintraub para discutir a avaliação, mas o ministro teria ignorado. Procurado pelo Estado ontem, o MEC informou que “lançará em breve programas e materiais sobre a Política Nacional de Alfabetização”. “Quanto à execução orçamentária da pasta, é preciso esclarecer que o descontingenciamento total dos recursos só foi realizado há três dias. Mesmo assim, o MEC já empenhou mais de 80% dos gastos discricionários e trabalha para executar todo o orçamento.”

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Proposta para alfabetização divide setor

B.P.

Única meta do Ministério da Educação (MEC) incluída no plano de cem dias de governo federal, a Política Nacional de Alfabetização (PNA) só estará completamente detalhada em abril de 2020, quando o presidente Jair Bolsonaro completa um terço de seu mandato. O programa divide especialistas, por dar ênfase ao método fônico de alfabetização – modelo de ensino que privilegia a associação entre letras e fonemas.

Para Anna Helena Altenfelder, do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), a PNA é “polêmica” e não dialoga com experiências bem-sucedidas em Estados e municípios nem com a produção acadêmica no País. Além disso, ela critica projetos “diversionistas” do MEC. “Causam polêmica, mas são pouco efetivos e não têm base empírica e teórica que se sustente”, diz, citando como exemplo as escolas cívico-militares.

A área, segundo ela, tem urgências maiores, como aprovar o novo Fundeb, principal mecanismo de financiamento da educação básica, que vence em 2020 e tramita no Congresso.

Já a consultora em educação Ilona Becskehazy, que participou em agosto da Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (Conabe), painel de especialistas na área organizado pelo ministério, afirma que o decreto da PNA “é o melhor que já tivemos para tratar da alfabetização”. Ela será responsável pela análise sobre currículos a ser considerada no Relatório Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências do MEC, previsto para abril de 2020. “É preciso fazer o documento. É um instrumento legal que pautará outras ações.”

A possibilidade de o relatório ser publicado após um ano e quatro meses de gestão é minimizada. “Temos 500 anos e chegamos a 2019 não alfabetizando nem a metade das crianças até o 3.º ano (do fundamental).”

Para ela, “da noite para o dia” não dá para resolver tudo. “Até porque o governo federal não tem escola. Pode, no máximo, induzir Estados e municípios a proceder de outras formas por uma série de mecanismos. O mais poderoso deles, o livro didático, o MEC não pode mexer porque o edital já foi feito.”

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Prefeitura quer bolsa de R\$ 100 para criança sem creche

Valor poderá ser usado para alimentação e roupas, segundo Covas. Projeto foi enviado à Câmara Municipal

O prefeito Bruno Covas (PSDB) apresentou ontem um projeto de lei para criação de um programa de pagamento de bolsa de R\$ 100 por mês a famílias em situação de vulnerabilidade social com crianças de 0 a 3 anos que não estão matriculadas em creches municipais. A meta do projeto, batizado Bolsa Primeira Infância, é atender até 51 mil crianças. “É uma compensação financeira para as mães que não conseguiram vagas em creche. O recurso vai poder ser utilizado em alimentação e vestuário. Será um cartão que pode ser rastreado pela secretaria”, explica Covas.

Segundo o prefeito, há 75 mil crianças na fila da creche e 51 mil estão dentro do perfil para recebimento do benefício. A meta da Prefeitura é criar, até o fim da gestão, 85 mil vagas em creches. Segundo Covas, mais de 55 mil já foram criadas.

Cada família poderá ter até três crianças beneficiadas pelo programa e o pagamento será interrompido quando a vaga em creche ficar disponível. As famílias contempladas devem participar de atividades sobre parentalidade e primeira infância, além de manter a vacinação dos filhos em dia.

O projeto de lei do programa foi enviado à Câmara ontem. Segundo Covas, para entrar em vigor em 2020 terá de ser aprovado pelos vereadores ainda neste ano. “Ou não poderá ser implementado no ano que vem, porque se trata de benefício social e, portanto, não pode ser criado em ano eleitoral.”

Questionado sobre como a Prefeitura chegou ao valor de R\$ 100 e se ele não pode ser considerado baixo, o secretário municipal da Educação, Bruno Caetano, disse que o objetivo é que as crianças não necessitem do benefício e consigam as vagas em creches. “Não estamos considerando o Programa Bolsa Primeira Infância como atendimento em creche. O atendimento que a Prefeitura quer fazer e o que a gente vai se esforçar ao máximo é que essa criança seja atendida em nossa rede”, disse.

“Para esse programa, foi identificada a disponibilidade orçamentária da Prefeitura e também os benefícios que essas famílias já têm com outros programas sociais, como o próprio bolsa família, e se chegou ao valor de R\$ 100 por mês.” O benefício será oferecido por meio de cartões, cujo uso será rastreado pela Secretaria.

Voucher. Neste mês, a Prefeitura já havia apresentado à Câmara um projeto de lei com a proposta de pagar as mensalidades de crianças carentes de 0 a 3 anos em escolas filantrópicas e particulares, uma espécie de voucher. O objetivo é tentar reduzir a fila de creches.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE MEC lança nova carteira de estudante digital

O Ministério da Educação lançou ontem a nova carteira de estudante digital. Alunos podem acessar gratuitamente o aplicativo no Google Play e na Apple Store. O ministro Abraham Weintraub disse que o governo investirá R\$ 12 milhões, valor menor do que o cobrado por entidades estudantis.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE Prazo de renovação do Fies termina no dia 30

Termina no sábado o prazo para que estudantes que têm contratos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) firmados até o segundo semestre de 2017 renovem o financiamento. O pedido de aditamento é feito inicialmente pelas instituições de ensino e, em seguida, os estudantes devem validar as informações.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Quando a universidade se aproxima das empresas

Para aumentar a empregabilidade dos alunos, instituições fazem parcerias com o mercado

ESPECIAL PARA O ESTADO

Vida real.

Botar o diploma embaixo do braço e sair à caça do primeiro emprego é, definitivamente, cena do passado. Em tempos de crise econômica e mercado profissional em constante mudança, a meta dos universitários tem sido – cada vez mais – conseguir um estágio logo nos primeiros semestres do curso e colar grau já com um contrato de trabalho assinado.

Não é uma missão simples, nem solitária. Para melhorar a empregabilidade dos alunos, as instituições de ensino têm diversificado as ações de aproximação com as empresas. Não vale mais somente aquele mural com vagas ou a divulgação dos processos seletivos de trainee. É preciso ter estratégia desenhada e até mesmo um setor dedicado a essa interface com o mercado.

Repaginação. Uma das primeiras medidas é a reformulação do tradicional setor de estágios, que passa de mero banco de ofertas de vagas a departamento focado em promover a carreira dos estudantes, do estágio à efetivação. Na Unip, a nova divisão surgiu há dois anos com o nome Carreiras & Mercados. “Fazemos parcerias para que as empresas se envolvam nas atividades da universidade, por meio de ações como palestras e workshops nos quais gerentes e CEOs debatem com os alunos temas como a conjuntura econômica do País”, explica Ana Paula Gonçalves, responsável pela área.

Para promover a ambientação dos alunos, também são desenhados eventos realizados no próprio espaço das organizações. Essas visitas monitoradas e workshops atraem especialmente aqueles alunos que nunca trabalharam. “Eles têm a chance de ter uma primeira vivência do que é o mercado de trabalho”, completa Ana.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Empreender também é preciso

Os números mostram a dimensão do mercado: 38% da população brasileira empreende, em negócios formais e informais. Isso significa que 59,1 milhões de pessoas de 18 a 64 anos possuem um negócio ou estão envolvidos com a criação de um. Empreender é de fato tendência e as universidades também precisam contemplar esse público.

A área de Carreiras da Anhembi Morumbi tem no suporte ao empreendedorismo boa parte de sua atuação. Na Feira de Carreiras e Recrutamento, por exemplo, ocorre o que empreendedores buscam em eventos: networking. Pelos corredores, donos de grandes empresas e potenciais investidores conferem as ideias nascidas na universidade.

“Promovemos este encontro entre empresas e alunos, das mais variadas áreas do conhecimento, como forma de possibilitar interação e vivência para a construção de uma jornada de carreira marcada por muito aprendizado, além de apresentar ao mercado nossos talentos”, explica Carla Klöckner, responsável pelo setor na universidade.

A instituição também criou a Anhembi Up, uma aceleradora de startups que oferece suporte integral a alunos e ex-alunos que tenham ideias empreendedoras e queiram criar um novo negócio. Os melhores projetos iniciam a aceleração com acompanhamento de profissionais qualificados do mercado, para a identificação de necessidades e aperfeiçoamento da ideia, realização de atividades em espaços de coworking construídos nos câmpus da universidade e a oportunidade de apresentar o projeto a investidores e empresas.

Ponte. Dentre os vários projetos monitorados está o SS Office, plataforma de colocação profissional criada pelo aluno Sandro Sanches, já graduado em Direito e atualmente no último semestre do curso de Marketing. Trata-se de uma ferramenta que busca exatamente colaborar na questão da empregabilidade. “Ajudamos estudantes a fazer contatos com profissionais do ramo jurídico, proporcionando desde formações até parcerias para trabalhos freelancers.”

Seu projeto é desenvolvido com o auxílio de uma equipe de 30 alunos da Anhembi Morumbi, de áreas como Marketing, Programação e Direito. A plataforma já atende cerca de 7 mil alunos, que tem a própria SS Office como referência de exemplo a seguir.

Hoje, a startup já tem negociações com investidor, participou de um torneio internacional e foi convidada pela Microsoft para fazer parte de um projeto em parceria com a Nasa. “Meu projeto deu certo quando consegui dar a ele uma formação de time, com múltiplos talentos. Aprendemos que quanto mais diversa for a composição do grupo, mais fácil para o negócio dar certo.” / A.G.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Líderes têm desafios para enfrentar

Para executivos e profissionais em cargos de alto escalão, o termo empregabilidade se traduz em dois cenários: ter condições de progredir ou conseguir uma recolocação vantajosa. Cada atribuição traz os seus desafios e as mudanças na economia global exigem o desenvolvimento de novas habilidades e competências.

Para o especialista em orientação profissional José Augusto Minarelli, CEOs e outros dirigentes devem ter em mente como a dinâmica do mercado de trabalho dita os tempos das mudanças. “Todos os executivos devem esperar uma transição na carreira entre três e cinco anos, seja ela gerada por ele mesmo ou pela empresa que, após ter o problema resolvido, pode dizer ‘muito obrigado, problema resolvido’.”

Precursor do conceito de empregabilidade, Minarelli definiu seis pilares que se popularizaram em formações ou publicações relacionadas a colocação profissional: adequação da profissão à vocação; competências; idoneidade; saúde física e mental; equilíbrio financeiro e relacionamentos. Segundo o autor, tratam-se de fatores que buscam constituir uma espécie de plataforma, proporcionando segurança, sustentação e visibilidade ao profissional.

Liderança. Em tempos de crises econômicas agudas, em que o lado emocional de um CEO pode ser afetado pela tensão, Minarelli considera tais pilares ainda mais necessários. “Os profissionais comuns, em época de profunda recessão, são a commodity mal remunerada e nem sempre solicitada. As organizações precisam de líderes que façam mais, melhor, mais rápido e administrando menos recursos. Com recessão a economia não para, apenas muda de intensidade e volume, e é aí que surgem as questões que diferenciam as pessoas.”

Apesar de considerar todos os pilares igualmente importantes – “como pernas de uma mesa, que devem estar equilibradas para não deixar o móvel ficar torto ou cair” –, Minarelli explica que eles se diferenciam na dificuldade de aplicação. Entre os mais fáceis de executar está manter uma rede de relacionamentos ativa, o conhecido networking.

Entretanto, o fomento do networking requer o que Minarelli define como netliving, que é prestar atenção nas pessoas, ser solidário e conhecido. “É dar antes de pedir, ou seja, ser colaborativo. É algo que executivos deixam de lado e cobra seu preço no momento das transições.”

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

‘Autonomia e responsabilidade tendem a se sobressair na crise’ ESPECIAL PARA O ESTADO

O mercado de trabalho do século 21 tem uma premissa importante: mais do que ter um currículo no qual se acumulam saberes técnicos, características como autonomia, estabilidade emocional e criatividade contam preciosos pontos aos olhos dos recrutadores de empresas de diversos segmentos. Principalmente em tempos de crise econômica.

“Cursos de recolocação profissional se mostram cada vez mais inefetivos e capacidades como autonomia e responsabilidade tendem a se sobressair na crise”, explica Daniel Domingues, professor de Economia na Universidade de São Paulo (USP), com atuação em temas como capital humano, bem-estar social e mercado de trabalho.

Confira a seguir a entrevista completa com o professor de Economia da USP:

Habilidades como criatividade, comunicação e estabilidade emocional são consideradas tendências no mercado de trabalho. Depois de décadas de valorização de capacidades técnicas, pode-se dizer que a formação humanística será o que mais irá valorizar os currículos dos futuros profissionais?

Acho que aqui há uma confusão entre desenvolver habilidades interpessoais e socioemocionais e frequentar cursos humanísticos. Os últimos estão em sua maioria perdendo prestígio. Estudos recentes na economia mostram que ocupações baseadas em atividades repetitivas se desvalorizam, e outras intensivas no uso de habilidades socioemocionais se valorizam. Acho que, ao menos nos cursos profissionalizantes como Medicina, Direito e Engenharia, será cada vez mais frequente a presença de componentes socioemocionais. Por outro lado, sou cético quanto à valorização de carreiras humanísticas, ainda que eu torcesse para que isso acontecesse.

As habilidades interpessoais e socioemocionais são valorizadas em todas as áreas ou elas podem ser mais importantes em determinados campos?

Vejo mais ênfase nos cursos profissionalizantes, aqueles nos quais se imagina o perfil do profissional que se quer formar, que competências deve ter e, a partir disso, se constrói o currículo. São cursos como Engenharia, Medicina, Direito, Odontologia, entre outros. Cursos que em geral são direcionados a profissões regulamentadas. Alguns estudos recentes, publicados nos principais jornais de economia do mundo, mostram que nesses cursos há uma tendência muito forte de trabalhar o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, até para que os egressos corram menos riscos de serem substituídos pelas inovações tecnológicas. Quanto aos cursos não profissionalizantes, nos quais os alunos recebem o máximo de informações e depois de formados são soltos no mundo, como Sociologia, Economia e Física, há menos evidências documentadas de que as habilidades socioemocionais ofereçam resultados melhores.

Alguns analistas apontam a aprendizagem contínua como elementochave para a empregabilidade dos novos tempos. Isso significa que as instituições de ensino podem voltar à função de orientadora dos caminhos do mercado, em vez de responder às suas demandas?

O mais provável é que instituições de ensino se tornem mais flexíveis e compartilhem com os alunos o papel e a responsabilidade

de decidir o itinerário formativo. A BNCC (Base Nacional Comum Curricular), por exemplo, recomenda ênfase na construção de projetos de vida como componente curricular, e a reforma do ensino médio vai na direção de permitir a escolha de itinerários formativos. Algumas instituições de ensino superior criaram bacharelados interdisciplinares, e o formato americano, no qual grande parte do curso é eletivo, parece mais adequado aos novos tempos. Possivelmente, opções de continuidade da formação para Alumni, especialmente por meio de ensino a distância, se disseminem rapidamente. Creio que caberá cada vez mais ao indivíduo orientar sua carreira.

Em momentos de crise econômica, os profissionais têm de fazer o possível para sobreviver. Mesmo em situações assim, de que forma a

{{ Em cursos profissionalizantes como Medicina, Direito e Engenharia, serão cada vez mais frequentes componentes socioemocionais. Mas sou cético quanto à valorização de carreiras humanísticas

formação humanística pode ser um fator-chave?

Habilidades socioemocionais são especialmente importantes na crise. Costuma-se dizer que as empresas contratam pelas habilidades cognitivas e demitem pelas socioemocionais. Cursos de recolocação profissional se mostram cada vez mais inefetivos, e capacidades como autonomia e responsabilidade tendem a se sobressair na crise.

•

De que maneira as inovações tecnológicas afetaram o conceito de empregabilidade?

Inovações em geral destroem alguns empregos, mas criam outros. Tipicamente perdem os trabalhadores com menos capacidade de adaptação, seja por possuir menos habilidades ou por ter menos flexibilidade adaptativa. É o caso de trabalhadores mais velhos ou com menos escolaridade. Nessa revolução tecnológica em particular, há um debate ainda inconclusivo sobre se o resultado líquido será o de contração de vagas. Nas anteriores, depois do momento de transição, a economia foi capaz de gerar mais e melhores vagas. É preciso esperar para ver.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Novo executivo precisa ter perfil digital

Companhias buscam profissional inovador, antenado e veloz para posições de comando. Cursos focam nesses atributos

ESPECIAL PARA O ESTADO

De tempos em tempos, mudam os atributos que fazem a diferença no currículo dos executivos. Décadas atrás, as qualificações em formações tradicionais como Administração, Engenharia ou Marketing

eram o passaporte para importantes cargos. Tempos depois, as boas perspectivas de

carreira seriam conquistadas por quem dominasse diversos idiomas e tivesse alguma formação em universidade estrangeira. Atualmente, para chegar às posições de comando nas empresas, é preciso ter um perfil digital.

O termo se refere a características como ser inovador, antenado, cosmopolita e veloz, além, é claro, de estar familiarizado com os novos recursos tecnológicos. Atributos que são parte inatos, mas parte apreendidos. E é com foco no ensino desses conteúdos que as instituições de ensino – que têm executivos como público-alvo – criam novos cursos ou adaptam o currículo dos atuais.

Na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), o MBA em Projetos Digitais, que teve sua primeira turma neste ano, contempla em seu programa temas como inteligência relacional, comunicação assertiva, storytelling para negócios e growth hacking, termo comum nos glossários de marketing digital que trata de aliar a busca de oportunidades para o sucesso com estratégias que resultem em crescimento rápido. “Selecionamos competências e habilidades imprescindíveis para a transformação digital, a inovação e o empreendedorismo, além de destacar quais são as demandas emergentes desse campo em nossa região. A partir disso definimos ementa e propósitos do curso”, explica Jorge Rocha Neto, um dos coordenadores.

Além do conteúdo, a metodologia do curso da PUC Minas também se alinha às demandas do mundo digital, com a realização frequente de eventos online, produção de podcasts com especialistas em diversas áreas e a oferta de trilhas de aprendizagem para personalizar ao máximo o ensino.

No encerramento do MBA, os alunos devem apresentar um projeto prático de fôlego a ser executado no mercado, por um prazo determinado, para ser avaliado por uma banca de professores a respeito de sua viabilidade.

“É dessa forma que esse MBA, o único de Minas Gerais voltado para a capacitação prática de players que ajudarão a conduzir os passos da transformação digital no Estado, contribui para vencer os desafios do mercado”, completa Rocha Neto.

Internacional. Ser um executivo digital também é estar alinhado com conceitos globais de gestão, que permeiam tanto o dia a dia das empresas multinacionais como o cotidiano de boa parte dos clientes. Por isso, estabelecer parcerias com centros de ensino internacionais é outra estratégia das instituições que formam executivos.

O Ibmecc acaba de lançar o Mestrado Profissional Internacional em Finanças, programa realizado em parceria com a Sorbonne Business School, instituição que integra a Universidade de Paris Panthéon-Sorbonne. Com a primeira turma aberta em novembro, a proposta é o ensino de gestão financeira com parâmetros internacionais.

“A Sorbonne é uma das

principais instituições do mundo, por onde passaram diversos prêmios Nobel e foi palco de importantes debates que afetaram o modelo econômico e político moderno. Além disso, com o mesmo empenho dedicado à cultura nos últimos séculos, a França investe em inovação e tecnologia”, afirma Maria Frastrone, pró-reitora de pós-graduação do Ibmecc.

Global. Para proporcionar uma experiência imersiva, o curso contempla um período de 15 dias em Paris, no câmpus da Sorbonne. Lá os estudantes farão dois módulos do programa e terão a oportunidade de interagir com organizações e profissionais de importantes empresas ao redor do mundo.

“Em um momento de intensas e céleres mudanças, com o mercado de pernas para o ar, a parceria do Ibmecc com a Sorbonne Business School é

{{ A parceria do Ibmecc com a Sorbonne é uma chance de desenvolver profissionais cooperativos, com um conhecimento sólido, aplicado às necessidades do mercado Maria Fastrone, pró-reitora de pós-graduação do Ibmecc

uma oportunidade de desenvolver profissionais reflexivos, cooperativos, com conhecimento sólido e multidisciplinar, aplicado às reais necessidades do mercado”, completa a pró-reitora de pós-graduação do Ibmecc.

Imersão. E se a exigência é ter um perfil digital, a imersão em novas tecnologias precisa fazer parte do pacote de formação. Mas não deve entrar no currículo como aulas complementares ou estanques. Para que o aprendizado seja fluido e o conteúdo possa ser aplicado, as ferramentas devem compor a metodologia de ensino.

É o que ocorre na Saint Paul Escola de Negócios, em que os estudantes do MBA Executivo Internacional têm acesso à plataforma Lit, um sistema de machine learning que orienta todo o percurso formativo do aluno.

Por meio de inteligência artificial, a LIT atua em três frentes. A primeira é o teste de personalidade, que descobre as características de aprendizagem do estudante, como se é uma pessoa que precisa de mais ou menos interação humana para aprender. Com esse mapeamento, a plataforma indica quais são os

{{ Reunimos habilidades essenciais para a transformação digital e para a inovação Jorge Rocha Neto, um dos coordenadores do MBA em Projetos Digitais da PUC Minas

formatos – vídeos, grupos de discussão, textos – que se aplicam melhor para aquela pessoa. A outra maneira é o teste de conhecimentos, que indica ao executivo áreas nas quais ele precisa fazer um esforço maior e sobre que módulos ele já tem domínio.

Acompanhamento. Por fim, há um tutor digital, batizado como Paul, que tira dúvidas dos estudantes como se fosse um professor. Ele é capaz de abordar assuntos como inovação, empreendedorismo, contabilidade e demonstrativos financeiros, entre outros temas.

“Quanto mais interações são feitas, mais nossa IA (inteligência artificial) entende os alunos e como eles aprendem melhor”, explica Anna Andrade, gerente de Marketing da instituição.

Para a executiva Talita Queiroz Alvez, de 30 anos, aluna do MBA Executivo Internacional da Saint Paul, a própria experiência de lidar com a LIT tem sido uma oportunidade de aprimorar suas habilidades. “Ao fazer o cadastro na plataforma, inseri

cópias de conversas em aplicativos de mensagens e e-mails. Com isso, o sistema conseguiu entender o modo como eu penso e personalizou os conteúdos. Eu nunca vi algo assim antes”, afirma a estudante.

Talita é responsável pelo dimensionamento do quadro de pessoal de uma empresa. Trata-se de uma área na qual novidades vêm ganhando espaço, por exemplo, em softwares de análises comportamentais e competências, plataformas de recrutamento e sistemas remotos de controle de pessoal.

Para a executiva, seu cotidiano com a Lit permite que se habitue a algumas características das tecnologias que cedo ou tarde vão estar inseridas em seu trabalho, como inteligência artificial e trabalho remoto. “Já me antecipei à mudança. Estou preparada para quando ela chegar”, acredita a estudante.

topo ↕

A TARDE - BA - OPINIÃO

Anísio Teixeira, 120 anos

Nildon Pitombo

Professor da Uefs, assessor da Secretaria Estadual de Educação

Nascido em 12 de julho de 1900 em Caetité, Bahia, Anísio Teixeira marcou com o pensamento e ações a educação brasileira do século XX. Inteligente e com sólida formação cultural, Anísio Teixeira estudou em colégios de jesuítas na Bahia, cursou direito no Rio de Janeiro, e desde cedo percorreu o mundo, observando os sistemas de educação nos lugares onde andou. Permanece vivo na memória nacional pelo seu empenho à causa da valorização da escola pública e da defesa da educação como direito de todos, que se expressa pelas constantes divulgações impressas. Morreu em 1971, em circunstâncias sombrias pelas quais se suspeita de que tenha sido vítima das forças de repressão, à época.

Na Bahia, em 1924 assumiu o cargo equivalente ao de secretário da Educação, no governo de Góes Calmon (1924-1928). Participa do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932 e cria a Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, em 1935. Afastou-se da vida pública nos tempos do Estado Novo (1937-1945) e foi conselheiro-geral da Unesco em 1946 e secretário da Educação no governo Octávio Mangabeira (1947-1951), oportunidade em que criou a Escola Parque, em Salvador. Nos anos da década de 1950 participa dos debates sobre a LDB e dirige dois grandes órgãos do sistema brasileiro de educação: a **Capex** e o Inep (que hoje são instituições de referência do aperfeiçoamento do sistema nacional de educação).

Ao lado de Darcy Ribeiro foi um dos fundadores da Universidade de Brasília, da qual se tornou reitor em 1963. No próximo ano celebram-se os 120 anos de nascimento desse obstinado educador brasileiro e, no último mês de julho, a Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC) anunciou o projeto “2020: Ano Anísio Teixeira”, originado a partir de proposições dos professores Naomar Almeida (ex-reitor da Ufba e da UFSB, hoje na USP) e Paulo Gabriel Nacif (ex-reitor da UFRB, ex-secretário do MEC, hoje na SEC). A finalidade é a de reavivar a memória e o percurso da obra do educador de Anísio Teixeira, nas dimensões sociopolítica e histórico-pedagógica. Na programação do projeto “2020: Ano Anísio Teixeira” se inclui a Caravana Anísio Teixeira, que parte de Salvador hoje, rumo a Caetité, terra natal de Anísio Teixeira. Passará por Jequié e Vitória da Conquista, culminando com as homenagens em Caetité, com a presença do

secretário Jerônimo Rodrigues. Começam, pois, as celebrações inseridas no projeto “2020: Ano Anísio Teixeira”, em que órgãos de governo e da sociedade, junto às comunidades, se associam em atos simbólicos para homenagear e reiterar o ideal de Anísio Teixeira.

topo ↕

J. DO COMMERCIO - PE - BRASIL

MEC apresenta carteira digital

Documento poderá ser baixado gratuitamente, através de aplicativo no celular ESTUDANTE

O Ministério da Educação (MEC) lançou nesta segunda-feira (25) a nova carteira de estudante digital. Os alunos já cadastrados pelas instituições de ensino podem acessar o aplicativo. Chamada de ID Estudantil, o documento é totalmente gratuito e pode ser baixado no Google Play e na Apple Store. O ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou que o governo investirá R\$ 12 milhões na iniciativa, valor muito menor, segundo ele, do que o cobrado por entidades estudantis. “Se todos os estudantes do Brasil fizessem a carteirinha como é feita atualmente seria um valor bem superior a R\$ 1 bilhão, podendo chegar a R\$ 2 bilhões”, projetou o ministro. “Rapidamente, pela internet, a gente consegue cadastrar a instituição (interessada). Do celular, o aluno pode fazer sua carteirinha (digital).

O custo que vai ser arcado pelo orçamento do MEC será de R\$ 0,15 (por unidade)”, afirmou. “Evidentemente, quem quiser fazer do modo tradicional e pagar R\$ 35 poderá fazer, desde que esteja cadastrado”. Para se cadastrar, as instituições de ensino podem indicar um gestor para o Sistema Educacional Brasileiro (SEB) que deve ter vínculo com a escola para cadastrar as informações dos alunos. “A partir deste dado, saberemos quem é estudante. A partir daí, o aluno poderá fazer sua solicitação pelo aplicativo”, afirmou Daniel Rogério, diretor de tecnologia da informação do Ministério da Educação. Após o cadastro feito pela instituição, a emissão do documento poderá ser feita pelo aluno por meio de aplicativo de celular, de graça.

O download do app estará disponível na Apple Store e no Google Play. No documento constarão nome, instituição de ensino, data de nascimento, entre outros dados. Ao tirar a fotografia para o cadastro, será feita uma validação com os dados do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). Para quem não tem Carteira Nacional de Habilitação (CNH), será solicitada foto frente e verso da Carteira de Identificação (RG). Por segurança, o cadastramento de menores de idade irá exigir autorização dos responsáveis. “Só receberá a ID Estudantil, após responsável legal autorizar a emissão da carteira”, disse o diretor de tecnologia da informação do MEC. A partir de 1º de janeiro de 2021, qualquer instituição poderá emitir a carteirinha digital, porém, deve consultar se o aluno está cadastrado no SEB. “Importante para a segurança do processo e dar mais força para termos dados para fazer políticas mais assertivas. Não vamos vender os dados dos estudantes”, acrescentou Rogério.

BENEFÍCIOS

A carteira de estudante digital garante benefício da meia-entrada em cinemas, teatros, shows e diversos eventos culturais. Estudantes do ensino básico, profissional e técnico e ensino superior devem ser contemplados. Segundo o MEC, o Brasil tem 56,9 milhões de alunos da educação básica e do ensino superior.

Os dados não incluem estudantes de pós-graduação, mestrado e de doutorado. As

carteiras físicas emitidas por entidades estudantis continuarão existindo. A validade irá até o dia 31 de março do ano subsequente. Já as carteiras digitais serão válidas enquanto o aluno permanecer matriculado em estabelecimento que forneça os níveis e as modalidades de educação e ensino previstos em uma lei de 1996, e perderá a validade quando o aluno se desvincular do referido estabelecimento.

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - JORNAL CIDADES

Parceria irá qualificar formação de professores e alunos

A prefeitura de Sapucaia do Sul, Luis Rogério Link firmou uma parceria com a Fundação La Salle para a implantação do projeto "Formação de Educadores" e demais cursos de formação continuada. Através da parceria o projeto destinará 70 bolsas gratuitas, para curso de Pós-graduação Lato Sensu "Especialização "Educação Básica na Contemporaneidade - Práticas e Desafios"; 11 bolsas para Mestrado em Educação e 5 para Doutorado em Educação.

Além disso, os educadores também terão à disposição cursos de formação continuada de Gestão Educacional (60 vagas) e Programa de Formação em Educação Empreendedora para Professores e Alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental (28 vagas). O prefeito Luis Rogério Link destacou a importância da parceria que trará mais qualificação para educadores e alunos. "Estou muito feliz com esta parceria com a Unilasalle em que todos os lados sairão ganhando", frisou o prefeito.

O secretário municipal de Educação, Jairo Jorge, falou do investimento em capacitação, lembrando os pilares estabelecidos quando assumiu a secretaria. "Estamos cumprindo o que nos comprometemos investindo na capacitação dos nossos educadores. Além dos cursos de extensão, esta parceria propõe investimentos em cursos e provas de avaliações para aferirmos a qualidade do nosso ensino, o que nos possibilitará avançarmos ainda mais", disse.

Durante o evento, também foi assinado o protocolo de intenções que estabelece as condições para doação à Fundação La Salle da área onde funciona a Escola Fundamental La Salle de Sapucaia do Sul, que é de propriedade do município.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Desfechos de casos citados por ministro isentam universidades de ligação com drogas em campi

Na semana passada, Abraham Weintraub afirmou que as estruturas de universidades no Brasil são usadas para produção de drogas ilícitas.

As universidades federais de Brasília (UnB) e de Minas Gerais (UFMG) não foram consideradas responsáveis ou mesmo diretamente envolvidas em casos envolvendo plantação ou produção de drogas. Dois episódios ligados a essas federais foram citados pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub. Durante entrevista recente, ele afirmou que estruturas de universidades federais são usadas para a fabricação de drogas.

Associação de reitores critica ataque e diz que vai acionar ministro na Justiça. As declarações do ministro foram dadas em entrevista para o "Jornal da Cidade". Além da reportagem, na qual ele não cita os nomes das federais, o ministro tratou do tema em sua conta no Twitter, na sexta-feira (22), quando apontou UnB e UFMG. No entanto, o desfecho judicial das duas situações usadas como exemplo por Weintraub afasta as instituições de envolvimento em ações criminosas.

Weintraub mencionou duas situações para defender a afirmação:

No primeiro caso, o ministro disse que as federais escondem plantações extensivas de maconha e mencionou uma apreensão de alguns pés de maconha na Universidade de Brasília (UnB). Em abril de 2017, a polícia havia avaliado que o local da apreensão fosse um terreno da universidade. A UnB esclareceu, neste domingo (24), que na verdade o território é "uma área de cerrado próxima ao campus Darcy Ribeiro". Segundo a instituição, isso "foi confirmado em parecer técnico". O Ministério Público do Distrito Federal informou ao G1 que os dois estudantes envolvidos na manutenção de vasos com plantas da droga fizeram acordo e cumpriram penas alternativas.

No segundo caso, o ministro afirmou que há produção de drogas sintéticas usando insumos da UFMG. Em maio deste ano, foram apreendidas 140 "buchas" de maconha e 1 kg de haxixe dentro da universidade. Mas, já na ocasião, a Polícia Civil disse que os traficantes não eram alunos nem funcionários. Em nota enviada ao G1, a universidade afirmou não haver indícios da utilização de seus laboratórios ou de seus insumos químicos para a produção de drogas, o que foi confirmado pelo juiz Thiago Colnago Cabral, responsável pela ação penal.

As declarações do ministro

Em entrevista ao "Jornal da Cidade", o ministro Weintraub declarou que as universidades são "madraças de doutrinação" e "têm plantações extensivas" de maconha, além de os laboratórios de química estarem desenvolvendo metanfetamina, uma droga sintética.

"Foi criada uma falácia que as universidades federais precisam ter autonomia. Justo, autonomia de pesquisa, autonomia de ensino... Só que essa autonomia acabou se transfigurando em soberania. Então, o que você tem? Você tem plantações de maconha, mas não é três de maconha, você tem plantações extensivas nas universidades. A ponto de ter borrifador de agrotóxico, porque orgânico é bom contra a soja, pra não ter agroindústria no Brasil, na maconha deles eles querem tudo o que a tecnologia tem à disposição. Ou coisas piores, você pega laboratórios de química, uma faculdade de química não era um centro de doutrinação, desenvolvendo laboratório de droga sintética, de metanfetamina", disse.

Em suas redes sociais, o ministro tentou exemplificar sua declaração mencionando os dois casos acima. O G1 entrou em contato com o Ministério da Educação, mas não recebeu retorno até a publicação da reportagem.

Caso UnB

Em abril de 2017, a Polícia Civil encontrou alguns vasos com pés de maconha em área vizinha a um dos campi da UnB. As plantas eram cultivadas por dois estudantes de engenharia e outro jovem já formado em administração, todos maiores de idade.

Os rapazes tinham entre 21 e 29 anos e cultivavam maconha de forma associada. No local, policiais acharam garrafas PET com água, adubo e veneno. No celular dos jovens, também havia fotos mostrando o desenvolvimento da planta.

Após as declarações do ministro, na semana passada, a UnB esclareceu que o terreno

não pertence à universidade:

"A referida operação foi realizada em abril de 2017, em uma área não localizada na UnB. Trata-se de área de Cerrado próxima ao campus Darcy Ribeiro. Foram apreendidos vasos com maconha no local. Segundo as primeiras impressões da polícia, as plantas eram mantidas por um grupo, sendo dois estudantes da Universidade e uma terceira pessoa não pertencente à comunidade acadêmica. Na ocasião, as forças de segurança da Universidade deram todo o apoio à polícia." – Universidade de Brasília

Além disso, a UnB afirma que "no processo, foi confirmado, por meio de um parecer técnico, que o local da apreensão não pertence à UnB".

Procurado pelo G1, o Ministério Público do Distrito Federal informou que, neste caso, se chegou a um acordo com cada um dos três envolvidos: eles concordaram em pagar R\$ 1.874 (dois salários mínimos) a uma escola da rede pública, como pena alternativa.

Desse modo, o processo foi encerrado "sem análise da questão", ou seja, "não há condenação e o acusado continua sem registros criminais", conforme a Lei nº 9099/95.

A administração da UnB repudiou a associação da universidade a práticas ilícitas. "O fato é ainda mais grave quando ocorre de maneira recorrente e por parte de um gestor público cujo papel é o de promover a educação, em seus diversos níveis", diz, em nota, na qual também informa estar investindo em ações de segurança.

Caso UFMG

Em maio deste ano, cinco homens foram presos em flagrante na Faculdade de Belas Artes e na Faculdade de Filosofia da UFMG, em Belo Horizonte. Segundo a Polícia Civil, eles estavam dentro do campus. Foram duas apreensões diferentes. A corporação encontrou na universidade mais de 140 "buchas" de maconha e 1 kg de haxixe.

Homens presos suspeitos de tráfico de drogas na UFMG não são alunos, diz polícia

Já na ocasião, o delegado Rodolpho Machado identificou os suspeitos e disse que eles não eram alunos da universidade. "São perfil característico de traficantes varejistas, já com passagem, já com histórico policial. Já foram presos recentemente e usavam aquele espaço público como finalidade para práticas ilícitas", comentou o delegado.

A UFMG informou que vem cooperando com as autoridades e que o tráfico de drogas é um problema que atinge toda a sociedade. Além disso, a instituição "não pactua com práticas ilegais".

Em nota enviada ao G1, a universidade disse, ainda, que uma sentença para o caso foi proferida em 24 de outubro deste ano, em uma ação penal ajuizada pelo Ministério Público de Minas Gerais. "Restou comprovado que nenhum dos indiciados é estudante ou servidor da UFMG ou tem qualquer relação formal ou informal com a instituição", afirma.

"Não há também no documento indícios ou qualquer prova de que laboratórios de química da UFMG foram utilizados para a fabricação de drogas. Segundo o Juiz de Direito, responsável pela ação, Thiago Colnago Cabral, deve ser frisado, que não existe

nenhuma prova de que a direção das faculdades que serviram de palco para o delito tenham, de algum modo, concorrido para o fato criminoso ou mesmo tenham oficialmente sido cientificados da ocorrência." – Universidade Federal de Minas Gerais
Ainda nesta segunda-feira (25), o Conselho Unviersitário da UFMG deve se reunir para, posteriormente, apresentar um posicionamento oficial mais detalhado sobre as declarações do ministro Abraham Weintraub.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

**Audiência pública em Maceió discute importância do Fundeb
Assembleia Legislativa de Alagoas vai se deslocar simbolicamente para a sede do Sinteat, no Mutange.**

Uma audiência pública na próxima quarta-feira (27) vai discutir a importância do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Neste dia, a Assembleia Legislativa de Alagoas vai se deslocar para a sede do Sinteat, no Mutange.

A sessão está marcada para 9h. Além do debate, haverá palestra do professor Milton Canuto de Almeida e do advogado Eduardo Beurman Ferreira, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

A audiência acontece no Dia Nacional de Mobilização em Defesa do Fundeb. Segundo o Sinteat, ele corre o risco de ser extinto até o final de 2020, quando termina o prazo que assegura a manutenção.

A presidente do Sinteat, Consuelo Correia, disse que os sindicatos da categoria buscam a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 15/2015 que torna o Fundeb permanente e com mais recursos da União.

“Estamos nessa mobilização porque ficar sem o Fundeb significa o fechamento de 50% das escolas públicas. Sem esse recurso, não terá como pagar professor, nem manter a rede de ensino”, disse a presidente.

A audiência é aberta para toda população. “Esperamos ter um bom debate e levar essa mobilização daqui para Brasília”, falou Consuelo.

Serviço

Audiência pública sobre o Fundeb

Data: 27 de novembro

Local: Auditório do Sinteat, Avenida Major Cícero de Góes Monteiro, 2339, Mutange

Horário: 9h

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

**Carteirinha de estudante do MEC ainda não está disponível em lojas de aplicativo
O ID Estudantil foi lançado nesta segunda-feira, mas ainda não está liberado para iOS, sistema da Apple, e não aparece na busca para Android. Aplicativo é gratuito e garante o direito ao benefício de meia-entrada em shows, teatro e outros eventos culturais.**

A carteirinha estudantil digital, divulgada pelo Ministério da Educação (MEC) nesta segunda-feira (25), ainda não está disponível para o iOS, sistema operacional da Apple,

e não aparece nas buscas para os celulares Android. O aplicativo do ID Estudantil é de graça e garante aos alunos o benefício de meia-entrada em shows, teatro e outros eventos culturais.

MEC lança aplicativo para emitir a carteirinha de estudante digital
O ministério informou que a versão iOS aguarda a liberação da loja de aplicativos do sistema operacional dos celulares e tablets da Apple. No caso do Android, o app já está disponível para uso, mas, por ter sido lançado nesta segunda, ainda não aparece na lista de busca. De qualquer forma, o site oficial da carteirinha traz o link direto para instalação.

Até então, a carteirinha, com um modelo único padronizado, era emitida mediante pagamento principalmente por entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes). Outras entidades, no entanto, também podiam prestar esse serviço.

A carteirinha em 5 pontos

Escolas precisam enviar dados dos alunos para o governo

Alunos podem checar se envio foi feito em idestudantil.mec.gov.br

Aplicativo de celular está disponível para os sistemas operacionais Android e iOS

App vai fornecer QR Code que poderá ser usado para pagar meia-entrada

Carteirinhas tradicionais continuam a ser emitidas tanto pela UNE quanto pela Ubes e outras entidade

Escola precisa enviar dados

O primeiro passo para a oferta do documento digital gratuito foi dado em setembro, quando o MEC anunciou a criação do Sistema Educacional Brasileiro (SEB). O SEB é um banco de dados que deverá conter informações dos estudantes de todo o país. A proposta foi regulamentada em outubro. Uma dos objetivos anunciados do sistema é permitir a criação da carteirinha digital.

O SEB vai ser a base que comprova quem é estudante no país. Para abastecer o SEB com dados dos alunos, todas as instituições de ensino deverão enviar para o governo federal o número do Cadastro da Pessoa Física (CPF) de cada estudante, entre outros dados.

Um representante de cada instituição de ensino, pública ou particular deve enviar as informações dos alunos para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que irá alimentar o SEB.

Alunos podem verificar status

No relatório sobre os alunos, além do CPF, as escolas devem enviar os seguintes dados: data de nascimento, curso, matrícula, ano e semestre de ingresso dos estudantes.

Os alunos podem conferir se sua instituição passou os dados ao sistema em idestudantil.mec.gov.br. Caso não tenham sido cadastrados, os estudantes devem cobrar o envio diretamente na instituição em que estudam.

Para Daniel Rogério, diretor de Tecnologia da Informação do MEC, a medida é necessária para saber quem são os estudantes. O número de CPF, segundo o diretor do

MEC, é exigido para integrar o cadastro do MEC ao cadastro único do governo federal, que é feito por meio deste número e de senha.

“Talvez esse seja o maior desafio na emissão da carteira, deixar de ser uma autodeclaração, que é o que acontecia, para então o MEC saber quem é o estudante” - Daniel Rogério, diretor de Tecnologia da Informação do MEC

Como emitir a ID Estudantil

A emissão poderá ser feita sem custos por meio de um aplicativo de celular disponível para os sistemas operacionais Android e iOS.

Após baixar o aplicativo, os estudantes deverão tirar uma foto de rosto e da carteira de habilitação ou de um documento de identidade com foto, para comparação das imagens. Isso irá, segundo o MEC, evitar fraudes.

No cadastro de menores de idade, um responsável legal poderá baixar o aplicativo para permitir o acesso. Em eventos com meia-entrada, a identificação do estudante será feita por meio da leitura de um QR Code emitido na tela do aplicativo.

Carteirinha tradicional

Atualmente, tanto a UNE quanto a Ubes cobram R\$ 35 pela carteira tradicional, além do frete. Esse serviço é uma das principais fontes de recursos das entidades e já foi criticado pelo ministro da Educação. Por esse sistema, a UNE fica com 20% do valor (R\$ 7), e a Ubes, com 25% (R\$ 10,50).

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Testemunha de defesa de Dilma é exonerado do MEC de Weintraub

O Metrôpoles revelou que Wagner Vilas Boas havia ganhado poder junto ao ministro, mesmo com passado ligado aos petistas

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, exonerou, na última sexta-feira (22/11/2019), o diretor da Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior (Difes) Wagner Vilas Boas. O gestor tinha passado ligado aos governos petistas, e foi, inclusive, testemunha de defesa da ex-presidente Dilma Roussef no processo de impeachment. A ligação foi revelada em reportagem do Metrôpoles.

Vilas Boas, ao longo dos governos do PT, chegou ao cargo de secretário-executivo adjunto do ministério. O gestor é funcionário concursado da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), mas foi cedido ao MEC. Ele foi nomeado no dia 24 de abril, 16 dias após a chegada de Weintraub no ministério.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Ensino a distância tem 9 milhões de estudantes e cresce no Brasil

Pesquisa da Associação Brasileira de Educação a Distância mostra que o setor teve crescimento de 17% no número de matrículas em um ano

A Educação a Distância está em constante crescimento, é o que mostra o estudo realizado pela pela Abed (Associação Brasileira de Educação a Distância), que registra aumento de 17% em números de alunos matriculados de 2017 para 2018. O levantamento mostra ainda que a região do país com maior concentração de instituições é o Sudeste, que correspondente a 43%. Atualmente, 9 milhões de estudantes optam pela modalidade EAD.

“O estudo engloba cursos universitários e cursos livres também”, explica Betina von Staa, coordenadora do Censo EAD, da Associação. “O que observamos é que as instituições têm investido muito em tecnologia, pelo números do Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes), que avalia os cursos de graduação, os cursos EAD estão no mesmo nível dos presenciais.”

O censo tem como proposta acompanhar o desempenho dos cursos a distância em todo o país e realiza anualmente um mapeamento do setor, em seus diversos aspectos. A pesquisa, que já está na 11ª edição, contempla os cursos regulamentados pelo MEC (Ministério da Educação), mas também agrega as práticas de EAD em cursos livres não corporativos e corporativos, que, juntos, já chegaram a ter 300% de matrículas a mais que os cursos regulamentados.

Além disso, o estudo aponta um aumento considerável em relação à concentração no Sudeste – saindo de 37%, em 2016, para 43%, em 2018. Outro dado que merece atenção é o número de alunos de todas as modalidades de Educação a Distância, que passou de 7.773.828, em 2017, para 9.374.647, em 2018, ou seja, teve um crescimento de 17%.

Em 2018, o maior índice de matrículas registrado foi o de cursos superiores de licenciatura, que soma 324.302, seguido de cursos superiores que agregam bacharelado e licenciatura (306.961). Já os cursos que ainda não decolaram são os superiores de doutorado, que totalizam 144, e de ensino médio, tanto na modalidade regular (204) quanto na educação de jovens e adultos (EJA) (322).

Evasão

Um dos pontos que preocupam tanto as instituições como o MEC é a evasão escolar. Muitos estudantes abandonam os cursos no meio do processo.

“A gestão dos cursos a distância é complexa, exige investimento em tecnologia e acima de tudo é preciso entender quem é o seu aluno, por essa razão, a tutoria é fundamental”, explica Betina. “Se deixar esse aluno solto, muito provavelmente não concluirá o curso, o que significa aumento da evasão e perda de dinheiro.”

Para ela, quanto mais instituições no mercado, melhor para os estudantes que terão mais opções e vão optar por aquele com mais qualidade e estrutura.

Acessibilidade

A acessibilidade é um ponto delicado mesmo para EAD: 18,5% não executam ações que promovem a inclusão. Apenas 20,7% oferecem atendimento de intérpretes da Libras (Língua Brasileira de Sinais).

Já em relação aos recursos tecnológicos oferecidos, nota-se uma pequena melhora, embora distante do ideal: 55,56% das provas são adaptadas; 52,59% dispõe de computadores com recursos de acessibilidade; 28,17% proporcionam lupas e lentes de aumento; 23,70% oferecem roteiros de aprendizagem diferenciados; 19,26% concedem material em braile.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC lança aplicativo que serve de carteira de estudante

O Ministério da Educação lançou hoje (25) o aplicativo ID Estudantil, uma espécie de carteira de estudante virtual que, a exemplo da fornecida pelas entidades representativas dos alunos, dá direito a benefícios como meia-entrada em eventos culturais e esportivos.

Para obter o documento é necessário, antes de tudo, que a instituição de ensino à qual o estudante está vinculado insira os dados dele no Sistema Educacional Brasileiro (SEB), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Caso a instituição já tenha feito o cadastramento, caberá ao aluno baixar o aplicativo ID Estudantil no celular e fazer seu cadastro pessoal. "Os alunos que não conseguirem se cadastrar devem procurar suas instituições de ensino e pedir que elas se cadastrem junto ao MEC", disse o presidente do Inep, Alexandre Ribeiro Lopes, durante a cerimônia de lançamento do ID Estudantil.

Segundo Lopes, 10.804 instituições já se cadastraram. Destas, 1.966 já começaram a enviar ao SEB as informações de seus alunos. As informações disponibilizadas constituirão um banco de dados nacional que subsidiará algumas das políticas públicas a serem implementadas pelo governo no setor da educação.

De acordo com o ministro da Educação, Abraham Weintraub, o custo do documento será de R\$ 0,15 por unidade para o governo, mas será gratuito para o estudante. "Não cobraremos porque a estruturação dessa cobrança sairia mais cara do que o custo por unidade", disse o ministro.

Ainda segundo Weintraub, documentos similares poderão ser fornecidos pelas instituições de ensino ou até mesmo grêmios estudantis. "Se for o caso, podem inclusive cobrar por isso. O que fizemos foi acabar com o monopólio e a exclusividade daqueles que sempre forneceram esse documento", disse. "Se, ideologicamente, o estudante quiser, ele pode pagar quanto for pela carteirinha", acrescentou.

A abertura para que outras entidades - além da União Nacional dos Estudantes (UNE), da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubess) e da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) - emitam esse tipo de documento está prevista na Medida Provisória 895, enviada pelo governo ao Congresso Nacional em setembro.

Desde então, tanto a MP como a ID Estudantil têm sido criticadas pelas entidades representativas dos estudantes. Segundo o presidente da UNE, Iago Montalvão, trata-se de uma retaliação ao movimento estudantil. Montalvão disse que a principal intenção do governo com essas medidas é "prejudicar o movimento estudantil, que fez as maiores manifestações contrárias a ele".

A fim de prevenir fraudes, o MEC informou que fará cruzamento dos dados fornecidos por meio de aplicativos com as informações da Carteira Nacional de Habilitação e, no caso de estudantes que não têm CNH, com os dados fornecidos para o documento de identidade (RG).

"Inclusive a foto [inserida no cadastro via aplicativo] passará por uma checagem junto ao banco de dados do Denatran [Departamento Nacional de Trânsito]. Quem não tem CNH terá de tirar uma foto do RG, frente e verso. Um algoritmo então vai comparar as fotos, de forma a dificultar fraudes", explicou o diretor de Tecnologia da Informação do

MEC, Daniel Rogério. "Pensamos também nos empresários: para eles, criamos o aplicativo ID Validade, que averiguará se o aluno está apto para receber os benefícios", acrescentou.

O MEC alerta que, no caso de estudantes menores de idade, será necessária a autorização de um responsável legal, que deverá instalar o ID Estudantil no celular para, então, fazer o cadastro no qual informa os dados do menor.

Ainda de acordo com o MEC, eventuais dúvidas sobre os aplicativos podem ser elucidadas por meio do site www.idestudantil.mec.gov.br.

AMAZONAS ATUAL - NOTÍCIAS

Advogada nomeada para o MEC vira alvo da Comissão de Ética

BRASÍLIA – A Comissão de Ética Pública da Presidência da República vai apurar a nomeação, no Ministério da Educação, de uma advogada que até recentemente defendia empresas de educação superior. O ministro Abraham Weintraub nomeou, no dia 8 de novembro, Kathleen Ferrabotti Matos para a Diretoria de Supervisão da Seres (Secretaria de Regulação do Ensino Superior) do MEC. A subpasta é alvo de assédio do setor privado por cuidar, por exemplo, de autorizações para novos cursos. A advogada aparece como parte em processos recentes envolvendo, entre outras, a Anhanguera, empresa da Kroton, um dos maiores grupos de educação privada do país. Por isso, o PSOL ingressou com uma representação na comissão. O documento aponta potencial conflito de interesses. “A nomeação efetivada pelo ministro de Estado da Educação não está em sintonia com os padrões éticos, morais e socialmente aceitáveis, uma vez que proporciona uma potencial captura do órgão regulador pelo ente regulado, em claro prejuízo para o interesse público”, diz o texto, emitido no último dia 12.

A influência do setor privado de ensino superior no MEC foi fortalecida depois que Weintraub assumiu a pasta. Um de seus principais assessores, Sergio Henrique Cabral Sant’Ana, era associado a um dos importantes escritórios de advocacia que defende os interesses do setor, o Covac, onde Kathleen Matos já atuou. Sant’Ana goza de prestígio no MEC e chega a representar o ministro em encontros importantes, como no CNE (Conselho Nacional de Educação). A recente saída de Ataíde Alves do comando da Seres teve influência dele, conforme fontes informaram à Folha –o andamento dos processos comandados por Alves desagradou o setor. O jornal Folha de S.Paulo revelou neste domingo, 24, que uma decisão atípica da **Capes**, órgão ligado ao MEC, liberou um doutorado na Unisa, de São Paulo. A instituição é controlada por Antônio Veronezi, empresário com estreita relação com Weintraub e com o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni. O empresário tem sido ouvido para a definição de uma autorregulação do ensino superior. Foi dele a ideia do programa, lançado em 6 de novembro, que aumenta a nota da avaliação de faculdades que atendam alunos de educação básica. Em nota, o presidente da comissão de ética, Paulo Henrique dos Santos Lucon, afirma que os processos tramitam de modo reservado até a conclusão.

“Em relação à autoridade, há uma denúncia, que terá regular tramitação tal como ocorre com todas as demais”, diz ele. A comissão já analisa outra representação contra Weintraub, depois que ele publicou em sua conta pessoal no Twitter em junho uma mensagem na qual associava os ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (ambos do PT) a drogas apreendidas em um avião do governo durante passagem pela Espanha com um militar, que foi preso. OUTRO LADO O MEC defendeu em nota que a nomeação da advogada Kathleen Ferrabotti Matos foi realizada

em atendimento aos requisitos técnicos-legais para o cargo na Diretoria de Supervisão da Seres. “Em especial, a de possuir experiência profissional em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função”, diz o texto.

topo ↕

GR NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Após liberação de recursos, 100% das bolsas da Capes estão garantidas

O Ministério da Educação liberou nesta a totalidade do orçamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** que ainda estava contingenciado. Segundo a **Capes**, os recursos da fundação liberados neste ano chegam a R\$ 3,98 bilhões, 4% superior aos 3,84 bilhões de 2018.

“Todos os compromissos assumidos ao longo do ano estão sendo cumpridos”, destacou **Anderson Correia**, presidente da **Capes**.

O Diário Oficial da União publicou decreto, nesta semana, relativo ao Relatório Extemporâneo de Avaliação de Receitas e Despesas de Novembro de 2019, com liberação de todas as despesas discricionárias (não obrigatórias) contingenciadas (bloqueadas) em meses anteriores.

Na semana passada, o governo anunciou o descontingenciamento (desbloqueio) de R\$ 13,976 bilhões do Orçamento de 2019.

O órgão que teve a maior liberação, de R\$ 3,473 bilhões, foi o Ministério da Defesa, seguido pela Educação, R\$ 2,695 bilhões, e pelo Desenvolvimento Regional, R\$ 1,905 bilhão.

Segundo o governo, a liberação dos recursos foi possível porque o governo obteve receitas extraordinárias com a venda de ativos de estatais, que rendeu Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido sobre o ganho de capital das empresas, e pelos leilões do excedente da cessão onerosa e da partilha do pré-sal.

De acordo com o Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao 5º bimestre de 2019, haveria a possibilidade de liberar gastos em mais R\$ 7,2 bilhões e, mesmo assim, cumprir a meta de déficit nas contas públicas de R\$ 139 bilhões. Para isso, seriam necessários créditos adicionais.

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

A desesperança com a ciência hoje. E a luta pelo futuro

“Quando se propõe a fusão da **Capes** com o CNPq, ou quando se antevê o fim da Finep e dos Fundos Setoriais, é um sistema construído em sete décadas que está sendo ameaçado de destruição”, escreve Hernan Chaimovich, professor emérito do Instituto de Química da Universidade de São Paulo e ex-presidente do CNPq, em artigo para o Nexa

A desesperança que paira hoje sobre bolsistas e pesquisadores das universidades públicas brasileiras tem motivos de sobra para existir. O desrespeito à ciência, expresso em atos e discursos da atual administração executiva federal, vem sendo sentido de forma crescente. Muitas das atitudes dos personagens responsáveis pela educação em Brasília mostram, também, uma enorme falta de compreensão sobre o que é a pesquisa científica desenvolvida nas universidades públicas, o que ela faz, e qual a sua

relevância. Sem falar da redução drástica dos investimentos públicos em CT&I (ciência, tecnologia e inovação).

A realidade exposta requer que se pergunte se existem motivos para supor que a situação poderia ser diferente e se a desesperança pode mudar o rumo de destruição que se aproxima. No Brasil, a área de ciência, tecnologia e inovação já produziu enormes e positivas mudanças na sociedade, na economia e na cultura. Existem ilhas de excelência, como o estado de São Paulo, onde é possível, ainda hoje, observar novos resultados desse investimento. Pelo seu passado e pelos exemplos do presente, a desesperança tem de ser combatida e transformada em espírito de luta por mudanças.

Veja o texto na íntegra: [Nexo Jornal](#)

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Presidente da SBPC fala sobre crise e perspectivas da ciência brasileira no UFV Entrevista

“O impacto da ciência e tecnologia no Brasil já é significativo. Pode ser muito maior. Mas as políticas de destruição desse sistema são muito lesivas, pois elas ameaçam o País pelas próximas décadas”, afirma Ildeu de Castro Moreira

O presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ildeu de Castro Moreira, esteve no campus Viçosa, em novembro, para uma palestra no II Simpósio da Pós-Graduação em Física. Durante o evento, ele abordou o Eclipse de Sobral que, este ano, está comemorando 100 anos, e a crise da ciência brasileira, que, em sua avaliação, vive uma “dificuldade extrema”.

É sobre esse último assunto que o presidente da SBPC conversou com a equipe de divulgação da UFV. “O corte em ciência e tecnologia nos últimos anos foi muito maior que os cortes em outras áreas. O povo brasileiro precisa debater esses números”, disse.

Durante a conversa, dentre outras questões, ele comentou sobre as perspectivas da ciência no Brasil, o papel do pesquisador, sua preocupação com os jovens cientistas e a possível fusão do CNPq com a **Capes** e Finep.

“O impacto da ciência e tecnologia no Brasil já é significativo. Pode ser muito maior. Mas as políticas de destruição do sistema são muito lesivas, pois elas ameaçam o País pelas próximas décadas”, afirma Moreira

Confira o UFV Entrevista com Ildeu Moreira neste [link](#).

UFV

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Nota de Repúdio SBFis

A Sociedade Brasileira de Fisiologia lista notícias que podem comprometer o futuro da Fisiologia no Brasil, como a fusão do CNPq e Capes

Ante notícias de conhecimento público que comprometem o futuro da Fisiologia no Brasil, a Diretoria da Sociedade Brasileira de Fisiologia (SBFis), alerta a população brasileira sobre o seguinte:

Em consenso com a Academia Brasileira de Ciências (ABC) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a SBFis é contrária à ideia governamental de fusão do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. Tal proposta, se efetivada, abalará, todo o sistema nacional de ensino, ciência, tecnologia e inovação. Seria medida equivocada sob todos aspectos, pois as duas instituições, criadas e desenvolvidas em quase sete décadas, têm missões complementares e são pilares do sistema educacional e científico do País.

2. Junto com a ABC e a SBPC, a SBFis repudia o atual Sr. Ministro da Educação pelas constantes declarações inverossímeis sobre a realidade acadêmica no país. Tal atitude revela completo desconhecimento do funcionamento das Universidades públicas, desmerece o cargo que ocupa e só promove a balbúrdia, justo quando sequer há definição orçamentária sobre o principal mecanismo de financiamento da educação básica no Brasil, o FUNDEB.

3. Reiteramos, na oportunidade, a importância crucial da manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, bastando se levar em conta o positivo impacto da ciência, tecnologia e inovação no Brasil, nos últimos 30 anos.

4. Por fim, ressaltamos a afirmação da Constituição Federal, em seu artigo 218, que: “O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação” e que “A pesquisa científica básica e tecnológica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência, tecnologia e inovação”. Há que cumprirmos!

Cordialmente,

Eduardo Colombari – Presidente
Armenio Aguiar dos Santos – Secretário
Gustavo Rodrigues Pedrino – Tesoureiro

SBFis

topo 

NEWS PARAÍBA-PB - TEMPO REAL

Após liberação de recursos, 100% das bolsas da Capes estão garantidas

O Ministério da Educação liberou nesta sexta-feira (22) a totalidade do orçamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** que ainda estava contingenciado. Segundo a **Capes**, os recursos da fundação liberados neste ano chegam a R\$ 3,98 bilhões, 4% superior aos 3,84 bilhões de 2018.

“Todos os compromissos assumidos ao longo do ano estão sendo cumpridos”, destacou **Anderson Correia**, presidente da **Capes**.

O Diário Oficial da União publicou decreto, nesta semana, relativo ao Relatório Extemporâneo de Avaliação de Receitas e Despesas de Novembro de 2019, com liberação de todas as despesas discricionárias (não obrigatórias) contingenciadas (bloqueadas) em meses anteriores.

Segundo a Agência Brasil, na semana passada, o governo anunciou o descontingenciamento (desbloqueio) de R\$ 13,976 bilhões do Orçamento de 2019.

O órgão que teve a maior liberação, de R\$ 3,473 bilhões, foi o Ministério da Defesa, seguido pela Educação, R\$ 2,695 bilhões, e pelo Desenvolvimento Regional, R\$ 1,905 bilhão.

Segundo o governo, a liberação dos recursos foi possível porque o governo obteve receitas extraordinárias com a venda de ativos de estatais, que rendeu Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido sobre o ganho de capital das empresas, e pelos leilões do excedente da cessão onerosa e da partilha do pré-sal.

De acordo com o Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao 5º bimestre de 2019, haveria a possibilidade de liberar gastos em mais R\$ 7,2 bilhões e, mesmo assim, cumprir a meta de déficit nas contas públicas de R\$ 139 bilhões. Para isso, seriam necessários créditos adicionais.

topo ↕

RADAR AMAZONICO - TEMPO REAL

Comissão de ética apurará nomeação de advogada no MEC

A Comissão de Ética Pública da Presidência da República vai apurar a nomeação, no Ministério da Educação, de uma advogada que até recentemente defendia empresas de educação superior.

O ministro Abraham Weintraub nomeou, no dia 8 de novembro, Kathleen Ferrabotti Matos para a Diretoria de Supervisão da Seres (Secretaria de Regulação do Ensino Superior) do MEC.

A subpasta é alvo de assédio do setor privado por cuidar, por exemplo, de autorizações para novos cursos.

A advogada aparece como parte em processos recentes envolvendo, entre outras, a Anhanguera, empresa da Kroton, um dos maiores grupos de educação privada do país. Por isso, o PSOL ingressou com uma representação na comissão. O documento aponta potencial conflito de interesses.

“A nomeação efetivada pelo ministro de Estado da Educação não está em sintonia com os padrões éticos, morais e socialmente aceitáveis, uma vez que proporciona uma potencial captura do órgão regulador pelo ente regulado, em claro prejuízo para o interesse público”, diz o texto, emitido no último dia 12.

A influência do setor privado de ensino superior no MEC foi fortalecida depois que Weintraub assumiu a pasta.

Um de seus principais assessores, Sergio Henrique Cabral Sant’Ana, era associado a um dos importantes escritórios de advocacia que defende os interesses do setor, o Covac, onde Kathleen Matos já atuou.

Sant’Ana goza de prestígio no MEC e chega a representar o ministro em encontros importantes, como no CNE (Conselho Nacional de Educação).

A recente saída de Ataíde Alves do comando da Seres teve influência dele, conforme fontes informaram à Folha –o andamento dos processos comandados por Alves desagradou o setor.

O jornal Folha de S.Paulo revelou neste domingo (24) que uma decisão atípica da **Capes**, órgão ligado ao MEC, liberou um doutorado na Unisa, de São Paulo. A instituição é controlada por Antônio Veronezi, empresário com estreita relação com Weintraub e com o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni.

O empresário tem sido ouvido para a definição de uma autorregulação do ensino superior.

Foi dele a ideia do programa, lançado em 6 de novembro, que aumenta a nota da avaliação de faculdades que atendam alunos de educação básica.

Em nota, o presidente da comissão de ética, Paulo Henrique dos Santos Lucon, afirma que os processos tramitam de modo reservado até a conclusão.

“Em relação à autoridade, há uma denúncia, que terá regular tramitação tal como ocorre com todas as demais”, diz ele.

A comissão já analisa outra representação contra Weintraub, depois que ele publicou em sua conta pessoal no Twitter em junho uma mensagem na qual associava os ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (ambos do PT) a drogas apreendidas em um avião do governo durante passagem pela Espanha com um militar, que foi preso .

OUTRO LADO

O MEC defendeu em nota que a nomeação da advogada Kathleen Ferrabotti Matos foi realizada em atendimento aos requisitos técnicos-legais para o cargo na Diretoria de Supervisão da Seres.

“Em especial, a de possuir experiência profissional em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função”, diz o texto.

[topo](#)

UEPB - TEMPO REAL

PRPGP informa sobre edital emergencial da Capes para pesquisas sobre óleo nas praias brasileiras

A Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPGP) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) informa aos pesquisadores da Instituição que a foi lançado Edital Emergencial da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior (**Capes**), voltado ao desenvolvimento de pesquisas sobre óleo nas praias brasileiras, integrante do Programa **Capes** Entre Mares.

O objetivo do edital é selecionar projetos de pesquisa para estudar e combater o derramamento de óleo nas praias brasileiras. Será destinado recurso no montante de R\$ 1,3 milhão a docentes vinculados a programas de pós-graduação stricto sensu que tenham linhas de pesquisa relacionadas ao problema identificado no litoral brasileiro em agosto deste ano. O objetivo é contribuir para a contenção, o processamento do resíduo encontrado e a redução de danos ao meio ambiente.

Professores vinculados a programas de pós-graduação stricto sensu recomendados pela **Capes** podem concorrer ao Edital. Os interessados devem encaminhar sua proposta até o dia 4 de dezembro, via plataforma virtual da **Capes**. As áreas temáticas contempladas são “Avaliação de impactos ambientais”, “Avaliação de impactos socioeconômicos”, “Processamento de resíduos”, Tecnologias aplicadas à contenção de óleo”, “Saúde coletiva”, “Biorremediadores” e “Dispersão de óleo”. O resultado das propostas selecionadas será divulgado a partir de 18 de dezembro.

Cada proposta aprovada terá o valor de financiamento de até R\$ 100 mil, liberados em uma única parcela e uma cota de bolsa de Mestrado. O projeto deve ser desenvolvido ao longo de dois anos, podendo ser prorrogado para mais 12 meses. O Programa **Capes** Entre Mares tem o objetivo de apoiar programas de pós-graduação stricto sensu que possuam em suas linhas de pesquisa temas correlacionados à finalidade de combater, analisar o impacto e propor soluções para o derramamento de óleo identificado a partir de agosto de 2019 nas praias brasileiras, especialmente na região Nordeste.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC lança carteira de estudante digital

O Ministério da Educação (MEC) lançou nesta segunda-feira, 25, a nova carteira de estudante digital. Os alunos já cadastrados pelas instituições de ensino podem acessar o aplicativo. Chamada de ID Estudantil, o documento é totalmente gratuito e pode ser baixado no Google Play e na Apple Store.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou que o governo investirá R\$ 12 milhões na iniciativa, valor muito menor, segundo ele, do que o cobrado por entidades estudantis. "Se todos os estudantes do Brasil fizessem a carteirinha como é feita atualmente seria um valor bem superior a R\$ 1 bilhão, podendo chegar a R\$ 2 bilhões", projetou o ministro.

"Rapidamente, pela internet, a gente consegue cadastrar a instituição (interessada). Do celular, o aluno pode fazer sua carteirinha (digital). O custo que vai ser arcado pelo orçamento do MEC será de R\$ 0,15 (por unidade)", afirmou o ministro.

"Evidentemente, quem quiser fazer do modo tradicional e pagar R\$ 35 poderá fazer, desde que esteja cadastrado."

Para se cadastrar, as instituições de ensino podem indicar um gestor para o Sistema Educacional Brasileiro (SEB) que deve ter vínculo com a escola para cadastrar as informações dos alunos.

"A partir deste dados, saberemos quem é estudante. A partir daí, o aluno poderá fazer sua solicitação pelo aplicativo", afirmou Daniel Rogério, diretor de tecnologia da informação do Ministério da Educação.

Após o cadastro feito pela instituição, a emissão do documento poderá ser feita pelo aluno por meio de aplicativo de celular, de graça. O download do app estará disponível na Apple Store e no Google Play.

No documento, constarão nome, instituição de ensino, data de nascimento, entre outros dados. Ao tirar a fotografia para o cadastro, será feita uma validação com os dados do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). Para quem não tem Carteira Nacional

de Habilitação (CNH), será solicitada foto frente e verso da Carteira de Identificação (RG).

Menores

Por segurança, o cadastramento de menores de idade irá exigir autorização dos responsáveis. "Só receberá a ID Estudantil, após responsável legal autorizar a emissão da carteira", disse o diretor de tecnologia da informação do MEC.

A partir de 1.º de janeiro de 2021, qualquer instituição poderá emitir a carteirinha digital, porém, deve consultar se aluno está cadastrado no SEB.

"Importante para a segurança do processo e dar mais força para termos dados para fazer políticas mais assertivas. Não vamos vender os dados dos estudantes", acrescentou Rogério.

Quem pode emitir a carteira?

A Medida Provisória 895 altera a Lei 12.933, de dezembro de 2013, que define que emitem a carteira de identidade estudantil a União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) e entidades estaduais, municipais e diretórios acadêmicos filiados às associações.

Em setembro, quando assinou a MP que criou a ID Digital, o presidente Jair Bolsonaro retirou o monopólio para confecção do documento de entidades que mobilizam protestos contra o governo, como a UNE.

A MP incluiu o MEC entre os emissores autorizados da carteira de identificação estudantil, estabelecendo que o documento seja emitido de forma gratuita e digital. A carteira de estudante padronizada pelas entidades nacionais custa R\$ 35 mais frete.

Bolsonaro afirmou, na época, que a nova regra permitiria que recursos de "quem trabalha" deixem de ir "ao bolso de quem não estuda e nem trabalha". Segundo o presidente, a medida ainda vai evitar que "certas pessoas promovam nas universidades o socialismo".

Finalidade?

A carteirinha digital garante benefício da meia-entrada em cinemas, teatros, shows e diversos eventos culturais. Estudantes do ensino básico, profissional e técnico e ensino superior devem ser contemplados.

Segundo o MEC, o Brasil tem 56,9 milhões de alunos da educação básica e do ensino superior. Os dados não incluem estudantes de pós-graduação, mestrado e de doutorado.

As carteirinhas físicas emitidas por entidades estudantis continuarão existindo. A validade irá até o dia 31 de março do ano subsequente.

Já as carteirinhas digitais serão válidas enquanto o aluno permanecer matriculado em

estabelecimento que forneça os níveis e as modalidades de educação e ensino previstos em uma lei de 1996, e perderá a validade quando o aluno se desvincular do referido estabelecimento.

CORREIO DO POVO - RS - CIDADES

Eduardo Leite defende setor privado em prestação de serviços para educação

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (RS-PSDB), defendeu, neste sábado (23), que a contratualização de serviços na educação, transferindo para o setor privado essa responsabilidade na educação primária. Segundo ele, uma reforma no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) deveria ser endereçada para que os recursos pudessem ser utilizados para esse fim.

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (RS-PSDB), defendeu, neste sábado (23), que a contratualização de serviços na educação, transferindo para o setor privado essa responsabilidade na educação primária. Segundo ele, uma reforma no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) deveria ser endereçada para que os recursos pudessem ser utilizados para esse fim.

Em evento do Centro de Liderança Pública (CLP), ele afirmou que, com a universalização de acesso à escola e creches, fixada no Plano Nacional de Educação, os municípios fazem novos concursos públicos mesmo diante do caixa apertado.

"Municípios fazem concursos públicos para um público que só vai reduzir nos próximos anos, pela queda da natalidade. E você vai ficar com o custo de professores e suas futuras aposentadorias. Você está contratando 100 anos de gasto", disse.

Para Leite, o estado deve se ater a apenas algumas áreas, como na segurança pública. E, nas demais, atuar apenas na fiscalização e regulação. Segundo ele, o Estado tem que sair, por exemplo, dos setores de infraestrutura, como no saneamento e na operação de rodovias. E emendou: "Vamos conceder todas as rodovias para a iniciativa privada", disse.

[topo](#)

J. DO COMMERCIO - PE - BRASIL

Pacto Federativo pode afetar Fundeb

PEC, que prevê teto constitucional conjunto para saúde e educação, gera embates BRASÍLIA

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Pacto Federativo, sugerida pelo Ministério da Economia, acirrou ainda mais os ânimos na área da educação, que ainda tenta chegar a uma solução para o redesenho do Fundeb, principal fonte de financiamento da etapa básica no País. Um dos pontos que geraram reação de gestores municipais e estaduais foi a definição de um mínimo constitucional conjunto para a saúde e a educação.

A avaliação é de que a medida vai acabar resultando na fuga de recursos públicos do setor educacional, já que os resultados na área demoram a aparecer. Somado a isso, agentes ligados à educação opinam que a proposta pode também resvalar na discussão da PEC do Fundeb, em debate na Câmara, tensionando ainda mais as negociações sobre a participação do governo no fundo. A Constituição determina que Estados e municípios gastem, no mínimo, 25% de suas receitas arrecadadas em impostos com educação. Na

saúde, o percentual deve ser 12% para Estados e 15% para municípios.

A ideia da PEC é ter um percentual único somado: 37%, no caso de Estados, e 40% para municípios, que podem ser distribuídos de acordo com a avaliação do gestor. Um estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com base em dados de 2016 do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope), mostra que 1.589 municípios (quase 30% do total) investiram até 26% das receitas na educação, próximo do limite constitucional. Na saúde, o número de cidades com gasto bem próximo do mínimo foi menor: 652 aplicaram até 16% na área.

Segundo Cláudio Hamilton dos Santos, coordenador de Políticas Macroeconômicas do Ipea, os dados indicam que mais municípios têm problemas com educação do que com saúde. “Estados e municípios que gastam próximo do mínimo constitucional serão muito afetados caso a medida seja aprovada. Por outro lado, ela pode ser importante para alguns outros municípios, mas tem impacto limitado caso não se mexa no Fundeb. Se mexer, a União terá que entrar com mais recursos para manter o quadro redistributivo. Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Luiz Miguel Martins Garcia afirma que a proposta é acompanhada com apreensão pelos secretários de educação.

“A junção dos mínimos nos preocupa muito porque acaba colocando uma questão estratégica, que é a educação, para concorrer com uma questão emergencial, que é a saúde. É muito difícil encontrar um município que tem gasto de apenas 15% com saúde, e isso vai levar a uma disputa por recursos complementares”. Atualmente, de cada R\$ 100 em receitas, os Estados e município devem aplicar no mínimo R\$ 25 em educação, e R\$ 20 na educação básica via Fundeb. Parte dos impostos arrecadados pelos entes federativos é depositada no fundo e redistribuída entre eles de acordo com o número de alunos.

A União complementa em até 10% os valores do Fundeb para repassar aos que não conseguem atingir um valor mínimo por estudante. Os parâmetros do fundo estão em discussão na Câmara e devem ser aprovados ainda neste ano, já que a vigência dele termina em 2020. Em texto preliminar, a deputada Dorinha Seabra (DEM-TO), relatora da proposta, sugeriu uma complementação de até 40% em dez anos.

O valor gerou reação do governo, que considera o índice inviável e propôs 15% em até 15 anos. Após a apresentação da PEC do Pacto Federativo, as frentes parlamentares da Educação, da qual a deputada faz parte, e da Saúde se posicionaram contra a medida. “Não acho que isso piore o debate sobre o Fundeb, mas esse tema da desvinculação é muito ruim. Com o desafio que temos de melhorar as duas áreas, nas quais não estamos bem, a desvinculação não cabe”, defendeu Dorinha.

Nos bastidores, parlamentares apostam que a proposta do Ministério da Economia, sob o comando de Paulo Guedes, para os mínimos sofrerá forte resistência no Congresso mesmo entre parlamentares da base. Vice-líder do governo, o senador Izalci Lucas (PSDB-PR), que também é relator setorial da área de educação no Orçamento de 2020, diz que não aprova a medida. “Essa briga não me agrada. A saúde está péssima. Ao mesmo tempo, não podemos matar em termos educacionais a nova geração que chega”.

[topo](#)

MEIO NORTE - PI - INFORME

EDUCAÇÃO BÁSICA

Criado em 2006 e com período de vigência entre 2007 e 2020, o Fundeb é o principal fomentador da educação básica no país. Segundo dados do Ministério da Educação, é responsável por 60% dos recursos investidos na educação pública brasileira. “O Fundeb é uma iniciativa de valorização da educação brasileira e foi criado para financiar a educação”.

topo ↕

O DIA - RJ - BRASIL

Prioridades

Que a Educação de qualidade é a saída para inúmeros problemas brasileiros não há dúvidas, e que ela deveria ser a prioridade de qualquer gestão pública também não; mas parece que estas premissas só fazem parte dos discursos políticos em tempos de eleição. Depois disto, as promessas caem no esquecimento e as dificuldades financeiras para investimentos na pasta começam ser alegadas por quem entra no poder. A discussão do momento é sobre o Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. O financiamento, que é responsável por 63% dos investimentos realizados na educação básica, segundo o Ministério da Educação, tem prazo limite previsto para encerrar em dezembro de 2020. Diante do problema de recursos, principalmente nos municípios menores dos estados, o Fundeb é o meio financeiro de garantir algum investimento na Educação, inclusive é uma das principais formas de manter os salários dos professores em dia. É notório que grande parte das escolas do país dependem desta transferência para permanecer funcionando e conseguir manter a estrutura básica para receber seus alunos. Agora é a hora dos parlamentares se unirem em prol das promessas de campanha, em prol da Educação. Debater o assunto e tentar chamar a atenção das autoridades é de responsabilidades de todos, inclusive da sociedade civil, que será a primeira e a mais afetada com o fechamento das escolas, se acontecer.

topo ↕

ALAGOINHAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Após liberação de recursos, 100% das bolsas da Capes estão garantidas

O Ministério da Educação liberou na última sexta-feira (22) a totalidade do orçamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** que ainda estava contingenciado. Segundo a **Capes**, os recursos da fundação liberados neste ano chegam a R\$ 3,98 bilhões, 4% superior aos 3,84 bilhões de 2018.

“Todos os compromissos assumidos ao longo do ano estão sendo cumpridos”, destacou **Anderson Correia**, presidente da **Capes**.

O Diário Oficial da União publicou decreto, nesta semana, relativo ao Relatório Extemporâneo de Avaliação de Receitas e Despesas de Novembro de 2019, com liberação de todas as despesas discricionárias (não obrigatórias) contingenciadas (bloqueadas) em meses anteriores.

Na semana passada, o governo anunciou o descontingenciamento (desbloqueio) de R\$ 13,976 bilhões do Orçamento de 2019.

O órgão que teve a maior liberação, de R\$ 3, 473 bilhões, foi o Ministério da Defesa, seguido pela Educação, R\$ 2,695 bilhões, e pelo Desenvolvimento Regional, R\$ 1,905 bilhão.

Segundo o governo, a liberação dos recursos foi possível porque o governo obteve receitas extraordinárias com a venda de ativos de estatais, que rendeu Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido sobre o ganho de capital das empresas, e pelos leilões do excedente da cessão onerosa e da partilha do pré-sal.

De acordo com o Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao 5º bimestre de 2019, haveria a possibilidade de liberar gastos em mais R\$ 7,2 bilhões e, mesmo assim, cumprir a meta de déficit nas contas públicas de R\$ 139 bilhões. Para isso, seriam necessários créditos adicionais.

topo ↕

FOLHA - GO - TEMPO REAL

Após liberação de recursos, 100% das bolsas da Capes estão garantidas

O Ministério da Educação liberou nesta sexta-feira (22) a totalidade do orçamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** que ainda estava contingenciado. Segundo a **Capes**, os recursos da fundação liberados neste ano chegam a R\$ 3,98 bilhões, 4% superior aos 3,84 bilhões de 2018.

“Todos os compromissos assumidos ao longo do ano estão sendo cumpridos”, destacou **Anderson Correia**, presidente da **Capes**.

O Diário Oficial da União publicou decreto, nesta semana, relativo ao Relatório Extemporâneo de Avaliação de Receitas e Despesas de Novembro de 2019, com liberação de todas as despesas discricionárias (não obrigatórias) contingenciadas (bloqueadas) em meses anteriores.

Na semana passada, o governo anunciou o descontingenciamento (desbloqueio) de R\$ 13,976 bilhões do Orçamento de 2019.

O órgão que teve a maior liberação, de R\$ 3,473 bilhões, foi o Ministério da Defesa, seguido pela Educação, R\$ 2,695 bilhões, e pelo Desenvolvimento Regional, R\$ 1,905 bilhão.

Segundo o governo, a liberação dos recursos foi possível porque o governo obteve receitas extraordinárias com a venda de ativos de estatais, que rendeu Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido sobre o ganho de capital das empresas, e pelos leilões do excedente da cessão onerosa e da partilha do pré-sal.

De acordo com o Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao 5º bimestre de 2019, haveria a possibilidade de liberar gastos em mais R\$ 7,2 bilhões e, mesmo assim, cumprir a meta de déficit nas contas públicas de R\$ 139 bilhões. Para isso, seriam necessários créditos adicionais.

Dê sua opinião sobre a qualidade do conteúdo que você acessou.

Para registrar sua opinião, copie o link ou o título do conteúdo e clique na barra de manifestação.

Você será direcionado para o "Fale com a Ouvidoria" da EBC e poderá nos ajudar a melhorar nossos serviços, sugerindo, denunciando, reclamando, solicitando e, também, elogiando.

topo ↕

FOLHA PA - TEMPO REAL

Após liberação de recursos, 100% das bolsas da Capes estão garantidas

O Ministério da Educação liberou nesta sexta-feira (22) a totalidade do orçamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** que ainda estava contingenciado. Segundo a **Capes**, os recursos da fundação liberados neste ano chegam a R\$ 3,98 bilhões, 4% superior aos 3,84 bilhões de 2018.

“Todos os compromissos assumidos ao longo do ano estão sendo cumpridos”, destacou **Anderson Correia**, presidente da **Capes**.

O Diário Oficial da União publicou decreto, nesta semana, relativo ao Relatório Extemporâneo de Avaliação de Receitas e Despesas de Novembro de 2019, com liberação de todas as despesas discricionárias (não obrigatórias) contingenciadas (bloqueadas) em meses anteriores.

Na semana passada, o governo anunciou o descontingenciamento (desbloqueio) de R\$ 13,976 bilhões do Orçamento de 2019.

O órgão que teve a maior liberação, de R\$ 3, 473 bilhões, foi o Ministério da Defesa, seguido pela Educação, R\$ 2,695 bilhões, e pelo Desenvolvimento Regional, R\$ 1,905 bilhão.

Segundo o governo, a liberação dos recursos foi possível porque o governo obteve receitas extraordinárias com a venda de ativos de estatais, que rendeu Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido sobre o ganho de capital das empresas, e pelos leilões do excedente da cessão onerosa e da partilha do pré-sal.

De acordo com o Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao 5º bimestre de 2019, haveria a possibilidade de liberar gastos em mais R\$ 7,2 bilhões e, mesmo assim, cumprir a meta de déficit nas contas públicas de R\$ 139 bilhões. Para isso, seriam necessários créditos adicionais.

Dê sua opinião sobre a qualidade do conteúdo que você acessou.

Para registrar sua opinião, copie o link ou o título do conteúdo e clique na barra de manifestação.

Você será direcionado para o "Fale com a Ouvidoria" da EBC e poderá nos ajudar a melhorar nossos serviços, sugerindo, denunciando, reclamando, solicitando e, também, elogiando.

topo ↕

PORTAL DO HOLANDA - TEMPO REAL

Comissão de ética apurará nomeação de advogada no MEC

BRASÍLIA, DF (FOLHAPRESS) - A Comissão de Ética Pública da Presidência da República vai apurar a nomeação, no Ministério da Educação, de uma advogada que até recentemente defendia empresas de educação superior.

O ministro Abraham Weintraub nomeou, no dia 8 de novembro, Kathleen Ferrabotti Matos para a Diretoria de Supervisão da Seres (Secretaria de Regulação do Ensino Superior) do MEC.

A subpasta é alvo de assédio do setor privado por cuidar, por exemplo, de autorizações para novos cursos.

A advogada aparece como parte em processos recentes envolvendo, entre outras, a Anhanguera, empresa da Kroton, um dos maiores grupos de educação privada do país. Por isso, o PSOL ingressou com uma representação na comissão.

O documento aponta potencial conflito de interesses.

"A nomeação efetivada pelo ministro de Estado da Educação não está em sintonia com os padrões éticos, morais e socialmente aceitáveis, uma vez que proporciona uma potencial captura do órgão regulador pelo ente regulado, em claro prejuízo para o interesse público", diz o texto, emitido no último dia 12.

A influência do setor privado de ensino superior no MEC foi fortalecida depois que Weintraub assumiu a pasta.

Um de seus principais assessores, Sergio Henrique Cabral SantAna, era associado a um dos importantes escritórios de advocacia que defende os interesses do setor, o Covac, onde Kathleen Matos já atuou.

SantAna goza de prestígio no MEC e chega a representar o ministro em encontros importantes, como no CNE (Conselho Nacional de Educação).

A recente saída de Ataíde Alves do comando da Seres teve influência dele, conforme fontes informaram à Folha --o andamento dos processos comandados por Alves desagradou o setor.

O jornal Folha de S.Paulo revelou neste domingo (24) que uma decisão atípica da Capes, órgão ligado ao MEC, liberou um doutorado na Unisa, de São Paulo. A instituição é controlada por Antônio Veronezi, empresário com estreita relação com Weintraub e com o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni.

O empresário tem sido ouvido para a definição de uma autorregulação do ensino superior.

Foi dele a ideia do programa, lançado em 6 de novembro, que aumenta a nota da avaliação de faculdades que atendam alunos de educação básica.

Em nota, o presidente da comissão de ética, Paulo Henrique dos Santos Lucon, afirma que os processos tramitam de modo reservado até a conclusão.

"Em relação à autoridade, há uma denúncia, que terá regular tramitação tal como ocorre com todas as demais", diz ele.

A comissão já analisa outra representação contra Weintraub, depois que ele publicou em sua conta pessoal no Twitter em junho uma mensagem na qual associava os ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (ambos do PT) a drogas apreendidas em um avião do governo durante passagem pela Espanha com um militar, que foi preso .

OUTRO LADO

O MEC defendeu em nota que a nomeação da advogada Kathleen Ferrabotti Matos foi realizada em atendimento aos requisitos técnicos-legais para o cargo na Diretoria de Supervisão da Seres.

"Em especial, a de possuir experiência profissional em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função", diz o texto.

topo ↕

SEGS - PORTAL NACIONAL - TEMPO REAL

Professor do CTC/PUC-Rio convidado para reunião da Frente Parlamentar Mista de Ciência

No próximo dia 21 de novembro, o Prof. Lorenzo J. Díaz, do Departamento de Matemática do Centro Técnico Científico da PUC-Rio (CTC/PUC-Rio), estará no Senado como um dos convidados para participar da Frente Parlamentar Mista de Ciência, aonde será discutido o tema "A importância do programa INCT-Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento do país".

Junto com Díaz, representantes da Academia Brasileira de Ciências, Fiocruz, USP, UFRJ, SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), CNPEM (Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais) e da Abipiti (Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação) também estarão presentes. Com larga experiência na área de pesquisa e membro da Academia Brasileira de Ciências e da The World Academy of Sciences (TWAS), Díaz foi coordenador da área de Matemática, Probabilidade e Estatística (MAPE) da CAPES, de 2015 a 2018, e atualmente é Vice-Coordenador do INCT da Matemática.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Covas cria bolsa de R\$ 100 para criança sem vaga em creche

Objetivo é atender até 51 mil crianças; benefício só vale até criança conseguir lugar em unidade infantil

A gestão Bruno Covas (PSDB) criou uma bolsa de R\$ 100 mensais para atender crianças em situação de vulnerabilidade que não têm vaga nas creches municipais.

O prefeito vai mandar um projeto de lei à Câmara Municipal de SP. Batizado como Bolsona Primeira Infância, o benefício para crianças de 0 a 3 anos será temporário e acabará assim que a criança conseguir uma vaga na fila.

A fila de creche hoje é de cerca de 70 mil crianças, 65 mil delas são menores de dois anos. A gestão Covas pretende criar mais 30 mil vagas —o que falta para a meta da gestão de 85 mil vagas. Por isso, se a fila permanecer no patamar atual, restariam cerca de 40 mil sem atendimento.

O ensino infantil é uma das apostas como vitrine da atual gestão, que vem ampliando significativamente a quantidade de vagas. E a bolsa de R\$ 100 chegará às vésperas das eleições municipais de 2020, quando o prefeito tentará se reeleger.

O valor, no entanto, é bem abaixo do que se costuma a cobrar em creches na cidade de

São Paulo.

A prefeitura prevê como obrigações para as famílias beneficiadas a participação dos pais ou responsáveis em atividades de orientação sobre parentalidade e cuidados com a primeira infância e o cumprimento do calendário de vacinação da criança, conforme orientações do Ministério da Saúde.

“Estamos dando condições às famílias em situação de vulnerabilidade para que consigam suprir as necessidades básicas das crianças que não estão matriculadas em unidades da Rede Municipal. Contamos com o apoio da Câmara Municipal para a discussão desde Projeto e sua efetiva implantação já em 2020”, afirmou o secretário municipal de Educação, Bruno Caetano, em nota.

Neste mês, a gestão Covas já anunciou outra medida para tentar turbinar a criação de vagas, o programa Mais Creche. Pelo projeto, crianças em situação de vulnerabilidade poderão obter vagas em escolas particulares com valor de até R\$ 727 por mês — o máximo repassado às unidades conveniadas.

Desde dezembro de 2013, na gestão Fernando Haddad, até setembro as vagas saltaram de 214.460 para 338.819. O modelo que mais contribuiu para o salto, porém, foi o de escolas conveniadas, hoje sob investigação devido à descoberta de uma “máfia das creches”.

Segundo a atual gestão, o Mais Creche será emergencial e atenderá no máximo 10% das matrículas vigentes.

A maior aposta é abrir CEUs (Centros Educacionais Unificados) que terão apenas vagas para educação infantil, sem incluir o ensino fundamental.

A ideia é aproveitar melhor os espaços para atender a demanda para as crianças menores, ofertando 3.200 vagas em creche e 2.800 para ensino infantil (a partir dos 4 anos).

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

**Casos de drogas citados por Weintraub não têm elo com universidades federais
Episódios em MG e DF não corroboram acusação de ministro sobre produção extensiva de drogas**

Brasília

Em seu mais recente ataque à autonomia das universidades federais, o ministro Abraham Weintraub (Educação) afirmou na semana passada que as instituições de ensino estariam abrigando “extensivas plantações de maconha” em suas áreas.

Como prova, divulgou em suas redes sociais duas notícias que, checadas pela Folha, não autorizam uma conclusão como a manifestada pelo titular da pasta.

As notícias veiculadas por Weintraub são de 2017 e de maio deste ano, e citam a UnB (Universidade de Brasília) e a UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais).

A primeira foi usada pelo ministro para defender que há plantações extensivas de maconha em algumas universidades federais brasileiras. As declarações foram dadas

pelo titular da Educação em entrevista ao *Jornal da Cidade*, na qual Weintraub afirmou haver doutrinação nos centros de ensino alimentada pelo que chama de falácia de que as universidades precisariam de autonomia.

“Você tem plantações extensivas, e não três pés de maconha, mas plantações extensivas de maconha em algumas universidades. A ponto de ter borrifador de agrotóxico. Porque orgânico é bom contra a soja, para não ter agroindústria no Brasil, e para a maconha deles querem tudo que é tecnologia à disposição”, disse na entrevista.

Para comprovar sua afirmação, o ministro compartilhou em suas redes sociais, na sexta (22), um vídeo sobre uma operação que terminou com três estudantes detidos —dois deles, da UnB.

Homem de terno bege e gravata verde fala em um púlpito diante de sala com plateia cheia

Ministro da Educação, Abraham Weintraub, anuncia ampliação do programa Educação Conectada nas Escolas em Brasília - Carolina Antunes/PR

A reportagem, de abril de 2017, afirmava que as plantas haviam sido encontradas em terreno pertencente à universidade. A respeito da atuação dos estudantes, o delegado responsável, Rodrigo Bonach, dizia na ocasião ser preciso determinar se a maconha era para consumo pessoal ou se seria vendida para terceiros.

A investigação, não citada pelo ministro, mostrou posteriormente que a plantação não estava em área da universidade. Os jovens também não foram condenados por tráfico de drogas.

Foram abertos três processos por posse, plantio e oferta de droga para consumo comum e sem objetivo de lucro, em dependências de estabelecimento de ensino.

O Ministério Público ofereceu aos dois estudantes da UnB acordo por constatar que as infrações tinham pequeno potencial ofensivo. Um deles teve o processo de consumo extinto por falta de provas.

Em nota, a UnB ressaltou que o local em que ocorreu a apreensão de maconha não pertence à universidade e que não houve confirmação na Justiça de autoria de crime pelos estudantes.

“A administração repudia veementemente a associação equivocada da imagem da universidade a práticas ilícitas. O fato é ainda mais grave quando ocorre de maneira recorrente e por parte de um gestor público cujo papel é o de promover a educação, em seus diversos níveis”, afirmou a instituição.

Na mesma sexta, Weintraub divulgou outra notícia, sobre drogas sintéticas supostamente produzidas na UFMG.

A reportagem, de maio deste ano, trazia uma investigação da Polícia Civil sobre estudantes que usariam insumos da instituição de ensino para fabricar e vender drogas.

A decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, de outubro, deixa claro que os três condenados não tinham vínculo formal com a instituição e que não havia provas de que a direção da faculdade tivesse sido comunicada da ocorrência —embora, conforme o

entendimento do juiz Thiago Colnago, da 3ª Vara de Tóxicos da Comarca de Belo Horizonte, fosse pouco provável que os servidores públicos da UFMG não tivessem desconfiado do que ocorria nas dependências da universidade.

Procurada, a UFMG informou que, conforme comprovado na Justiça, os indiciados não eram estudantes ou servidores da universidade e que "não há indícios ou qualquer prova de que laboratórios de química foram utilizados para fabricação de drogas". Cita ainda nota do conselho universitário em que afirma não pactuar com práticas ilegais e reafirma a disposição de cooperar com autoridades.

A Folha também enviou neste domingo (24) questionamentos ao ministro, solicitando que Weintraub informasse quais dados usou para embasar sua declaração sobre plantio extensivo de maconha em universidades. Não houve resposta até a conclusão da reportagem.

As declarações de Weintraub foram rebatidas por diversas entidades ligadas à área acadêmica. A Andifes (associação dos dirigentes das instituições federais de ensino superior) divulgou nota em que afirma que o ministro "parece nutrir ódio pelas universidades federais brasileiras".

A associação acusa o ministro de ofender a comunidade acadêmica e ignorar o dispositivo constitucional que garante autonomia às universidades, o que constituiria crime de responsabilidade.

Afirma ainda que o ministro ultrapassou os limites da ética pública ao fazer acusações para detratar as universidades federais perante a opinião pública, comparando-as a organizações criminosas.

A Andifes diz que tomará providências jurídicas para apurar eventual crime de responsabilidade, improbidade, difamação ou prevaricação.

Já a Sociedade Brasileira de Química repudiou veementemente a declaração do ministro de que em unidades de química das universidades ocorrera o desenvolvimento de "laboratórios de droga sintética, metanfetamina".

"Tal declaração, entre outras, demonstra um completo desconhecimento, da parte do sr. ministro, da realidade dos departamentos e institutos de química das universidades públicas brasileiras, principalmente das universidades federais, onde a maioria da ciência de ponta realizada nesse país vem sendo conduzida", diz.

"É absolutamente estupefacente e incompreensível a sequência de ataques que o sr. ministro vem proferindo contra as universidades federais, usando de dados infundados ou algum problema pontual, numa tentativa aparentemente premeditada de macular a imagem de nossas universidades", completa.

O ataque não foi o único do ministro a visar as universidades públicas nesta semana. Em entrevista ao jornal Gazeta do Povo, Weintraub afirmou que, nos centros de ensino, foi criada "uma máquina, um mecanismo, a serviço de movimentos políticos".

Na entrevista, o ministro volta a criticar o educador Paulo Freire, a quem se referiu

como “vodu”, e diz que o MEC deveria ser o ministério do ensino, e não o da educação. “Quem educa é o pai, a mãe, o tio, o avô. É alguém. A gente ensina a ler e escrever”.

Na entrevista, acusou jornais, entre eles a Folha, de ter “engajamento abjeto”.

Nesse contexto, fez uma afirmação falsa sobre a cobertura jornalística acerca de sua frase de que o Brasil ficaria em último lugar na América Latina no Pisa. “A manchete que sai na imprensa será ‘ministro Abraham colocará o Brasil em último lugar na América do Sul’. Mentira.”

A Folha noticiou exatamente o que Weintraub disse no evento. O título da reportagem é “Ministro da Educação diz que Brasil ficará em último lugar da América Latina em avaliação internacional”.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Quem vigiará os professores?

Na semana passada, a ministra dos Direitos Humanos, Damaris Alves, anunciou, junto com Abraham Weintraub (Educação), os planos do governo federal de criar um canal para denunciar professores que atentassem contra “a moral, a religião e a ética da família”. Ainda não há detalhes sobre como funcionaria, mas já é possível antever sérios questionamentos a respeito da legalidade da iniciativa, visto que 99% das escolas de educação básica são administradas por municípios, Estados ou pela iniciativa privada (que, pela lei, são fiscalizadas pelas autoridades estaduais).

Além da questão legal, cabe a pergunta de quem analisaria, de forma objetiva, o que seria um atentado contra a moral ou ética. Damaris, só para lembrar, é aquela ministra que, antes de assumir o cargo, afirmou que na Holanda especialistas “ensinam que o menino deve ser masturbado com sete meses de idade” e que “menina precisa ser manipulada desde cedo para que tenha prazer na fase adulta”. Disse também que escolas do Nordeste estavam distribuindo manuais de bruxaria para crianças de seis anos de idade, e que havia no Brasil muitos hotéis fazenda de fachada, onde “turistas iriam para transar com animais”. Se os burocratas a serem designados para analisar as denúncias contra professores forem adeptos do mesmo grau de realismo mágico da ministra, as reuniões se assemelharão mais a Tribunais da Inquisição da Idade Média do que a qualquer juízo razoável em pleno século 21.

Na mesma coletiva em que foi citado o canal, Weintraub afirmou que escolas que não promovessem um ambiente “adequado” poderiam ser punidas com menos repasses federais, e ainda que Estados e municípios têm a obrigação de “prover um ambiente construtivo para as crianças”.

Resta saber o que o ministro – que na semana passada apareceu numa entrevista acusando universidades federais de terem “plantações extensivas de maconha” e de fabricarem em seus laboratórios drogas sintéticas - define como adequado e construtivo. Imaginem se um professor, do alto de sua autoridade, respondesse a crítica de uma aluna no Twitter xingando sua mãe de “égua sarnenta e desdentada”. Ou que se referisse, em mídias sociais ou em eventos oficiais da escola, a opositores políticos e chefes de estado estrangeiros como safados ou cretinos.

Descartando fatores externos à escola, uma das variáveis de maior impacto no

desempenho dos alunos é o clima escolar. Ele é construído através de diálogo pautado por relações de confiança e pelo estabelecimento de laços positivos entre alunos, professores e famílias. Instaurar um canal de denúncias vindo de Brasília em nada contribui para esse objetivo. Ter um clima escolar positivo não é garantia de que não existirão conflitos ou discordâncias motivadas por visões de mundo distintas. Mas, quando eles surgem, há maior chance de superá-los de modo civilizado e respeitoso. Algo que, infelizmente, anda muito em falta em nosso ambiente político.

topo ↕

YAHOO! NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Comissão de ética vai apurar medida polêmica tomada por ministro da Educação
A Comissão de Ética Pública da Presidência da República vai apurar a nomeação, no Ministério da Educação, de uma advogada que até recentemente defendia empresas de educação superior.

O ministro Abraham Weintraub nomeou, no dia 8 de novembro, Kathleen Ferrabotti Matos para a Diretoria de Supervisão da Seres (Secretaria de Regulação do Ensino Superior) do MEC.

A subpasta é alvo de assédio do setor privado por cuidar, por exemplo, de autorizações para novos cursos.

A advogada aparece como parte em processos recentes envolvendo, entre outras, a Anhanguera, empresa da Kroton, um dos maiores grupos de educação privada do país. Por isso, o PSOL ingressou com uma representação na comissão.

O documento aponta potencial conflito de interesses.

"A nomeação efetivada pelo ministro de Estado da Educação não está em sintonia com os padrões éticos, morais e socialmente aceitáveis, uma vez que proporciona uma potencial captura do órgão regulador pelo ente regulado, em claro prejuízo para o interesse público", diz o texto, emitido no último dia 12.

A influência do setor privado de ensino superior no MEC foi fortalecida depois que Weintraub assumiu a pasta.

Um de seus principais assessores, Sergio Henrique Cabral SantAna, era associado a um dos importantes escritórios de advocacia que defende os interesses do setor, o Covac, onde Kathleen Matos já atuou.

SantAna goza de prestígio no MEC e chega a representar o ministro em encontros importantes, como no CNE (Conselho Nacional de Educação).

A recente saída de Ataíde Alves do comando da Seres teve influência dele, conforme fontes informaram à Folha --o andamento dos processos comandados por Alves desagradou o setor.

O jornal Folha de S.Paulo revelou neste domingo (24) que uma decisão atípica da Capes, órgão ligado ao MEC, liberou um doutorado na Unisa, de São Paulo. A instituição é controlada por Antônio Veronezi, empresário com estreita relação com Weintraub e com o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni.

O empresário tem sido ouvido para a definição de uma autorregulação do ensino superior.

Foi dele a ideia do programa, lançado em 6 de novembro, que aumenta a nota da avaliação de faculdades que atendam alunos de educação básica.

Em nota, o presidente da comissão de ética, Paulo Henrique dos Santos Lucon, afirma que os processos tramitam de modo reservado até a conclusão.

"Em relação à autoridade, há uma denúncia, que terá regular tramitação tal como ocorre com todas as demais", diz ele.

A comissão já analisa outra representação contra Weintraub, depois que ele publicou em sua conta pessoal no Twitter em junho uma mensagem na qual associava os ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (ambos do PT) a drogas apreendidas em um avião do governo durante passagem pela Espanha com um militar, que foi preso .

Outro lado

O MEC defendeu em nota que a nomeação da advogada Kathleen Ferrabotti Matos foi realizada em atendimento aos requisitos técnicos-legais para o cargo na Diretoria de Supervisão da Seres.

"Em especial, a de possuir experiência profissional em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função", diz o texto.

***Por Paulo Saldaña, da Folhapress